



Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Porto Velho – PDPM

Equipe Técnica Municipal – ETM

ATA	
Assunto Geral:	Audiência Pública da Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Porto Velho (PDPM) – Fase 4: Plano de Ação e Investimentos (PAI) e institucionalização do PDPM
Data:	26/06/19
Horário:	15:18 às 18h
Local:	Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia – ALE/RO
Coordenador:	Raísa Tavares Thomaz e Diogo H. Costa Fonseca
Objetivo:	Apresentação e discussão das minutas dos Anteprojetos de Leis e dos trabalhos realizados até o momento atual
Participantes:	Conforme Lista de Presença
Assuntos tratados:	
<ul style="list-style-type: none">– Apresentação das minutas dos Anteprojetos de Leis e do PAI;– Manifestação da população – contribuições e questionamentos apresentados;– Respostas dos questionamentos e demais demandas.	
<p>Aos vinte e seis dias do mês de junho de dois mil e dezenove, às quinze horas e dezoito minutos, foi iniciada a Audiência Pública da Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Porto Velho (PDPM), da Fase 4 (quatro) referente ao Plano de Ação e Investimentos (PAI) e institucionalização do PDPM, na Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, localizada na Avenida Farquar, sem número, no Bairro Panair, sob a coordenação dos representantes da Equipe Técnica Municipal, Raísa Tavares Thomaz (SEMPOG) e Diogo H. Costa Ferreira (SEMUR), mediação da representante da Equipe Técnica Municipal Carime Afonso dos Santos Leite (SEMUR) e colaboração dos servidores da Prefeitura de Porto Velho: Camila Fávero Loss, Iasmin de Magalhães, Flávia de Alencar Tomáz, Matheus das Neves Moura (SEMPOG), Carlos Eduardo Takahara, Danusa Colito, Fernanda Rocha Pinheiro Rodrigues, Flávia Bentes da Silva, Stephanny Alpire Germano Saraiva, (SEMUR), Huéilton Mendes Rodrigues (SEMFAZ), da estagiária da SEMPOG, Thaís Agostini Neves, do Secretário-Executivo do Conselho Municipal da Cidade, Emanuel Meireles, do conselheiros Eliel Correia da Cunha, Rosália Oliveira, Divorzi Xavier, Denivaldo Santos e dos representantes do Instituto Brasileiro de Administração Municipal Henrique Barandier, William Resende, Eduardo Domingues e Jéssica Ojana. 1. Abertura: O Mestre de cerimônia do Município, o Sr. Jorge Ribeiro de Lima Hippólito iniciou a audiência pública de revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Porto Velho cumprimentando a todos os presentes na Assembleia Legislativa, e fazendo constar que a Prefeitura Municipal de Porto Velho, por meio da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEMPOG), com a Equipe Técnica Municipal (ETM), juntamente ao Conselho da Cidade (CONCIDADE) e sob a Consultoria do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) também deseja as boas-vindas. Na</p>	





Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Porto Velho – PDDM **Equipe Técnica Municipal – ETM**

sequência convida autoridades para composição do dispositivo: o Secretário Municipal Adjunto de Planejamento Orçamento e Gestão – SEMPOG Sr. José Cantídio Pinto; o Secretário de Regularização Fundiária Habitação Urbanismo – SEMUR e Presidente do Conselho Municipal da Cidade - CONCIDADE Sr. Edemir Brasil; a Subsecretária do Meio Ambiente – SEMA Sra. Márcia Luna; a representante da Equipe Técnica Municipal – ETM Arquiteta e Urbanista Srta. Raísa Tavares Thomaz; o representante da Equipe Técnica Municipal – ETM e conselheira do CONCIDADE Arquiteta e Urbanista Carime Afonso dos Santos Leite. Após os cumprimentos, convidou a todos para um ato solene, em que foi entoado o Hino do Município de Porto Velho com vídeo contendo as imagens do processo de revisão. O Mestre de cerimônia deu prosseguimento falando que a audiência pública é aberta a toda comunidade e tinha como objetivo receber as sugestões da população quanto às minutas dos anteprojetos de Lei do Plano Diretor Participativo do Município de Porto Velho, do Parcelamento do Solo, Uso e Ocupação do Solo, Código de Obras e Edificações, Reestruturação do CONCIDADE. Disse que sua principal finalidade é orientar o poder público e da iniciativa privada nas construções dos espaços urbanos e rurais na oferta dos serviços públicos essenciais, e, também, que poderiam ser realizados registros audiovisuais pela mídia, pelos participantes e pelo Município, unicamente com propósito de composição do memorial da participação e de divulgação das atividades. Mencionou que, para priorizar a inclusão das pessoas com deficiência auditiva, estavam presentes na Audiência, intérpretes de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Ele falou que os documentos para discussão na audiência estão disponíveis para consulta no sítio eletrônico do Plano Diretor: <https://planodiretor.portovelho.ro.gov.br/>, desde a data da publicação do Edital de Convocação desta Audiência Pública. O Mestre de cerimônia informou que os documentos também permaneceriam disponíveis para consulta durante todo o processo de revisão do Plano Diretor Participativo e poderiam ser consultados em meio físico na Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão – SEMPOG. Ele orientou que quaisquer dúvidas, colocações ou solicitação de informações poderiam ser feitas diretamente na SEMPOG ou pelo endereço eletrônico: planodiretorpvh20p18@gmail.com. Ele informou que a Audiência teria uma duração de três horas, encerrando-se às 18 horas. Na sequência, ele convidou o Secretário Adjunto da SEMPOG para fazer seu pronunciamento. O Secretário saudou a todos. Ele ressaltou a importância da audiência pública, a qual é uma oportunidade para discussão sobre o futuro de Porto Velho. Disse que Plano Diretor é uma carta importante para o planejamento do Município, especialmente no que concerne às diretrizes e propostas que seriam explanadas e discutidas no decorrer deste evento. Salientou que é importante pensar Porto Velho como a “Cidade com a



Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Porto Velho – PDPM

Equipe Técnica Municipal – ETM

Floresta e as Águas”, falou da necessidade de se refletir sobre a dispersão urbana, pois, na sua visão, a cidade cresceu muito e de forma desordenada. Abordou a temática relacionada aos distritos e a relevância desses territórios no desenvolvimento do Município. Ressaltou que segundo a orientação do Prefeito Hildon Chaves, que tem buscado ser uma pessoa dinâmica e trazer novidades para Porto Velho, numa gestão moderna e enxuta, deve-se gastar o mínimo de recurso para “tocar” a máquina administrativa. O Secretário falou que no processo de revisão do Plano Diretor todo o trabalho que já foi realizado até o presente momento, em conjunto com os munícipes de toda a extensão de Porto Velho, havia no conteúdo, que seria demonstrado naquela oportunidade, muito o que se dialogar e que todos deveriam se apropriar dessas informações, para que juntos se construa uma cidade moderna e que fosse ao encontro dos anseios da população. Ele falou que estava se encerrando a revisão do Plano Diretor, o qual foi amplamente discutido em todos os “rincões” de Porto Velho e que a fase seguinte será o envio das minutas de lei para a Câmara Municipal de Vereadores. O Secretário parabenizou todo o trabalho realizado pela ETM, CONCIDADE e IBAM e desejou que a tarde fosse bastante frutífera para todos os presentes. Dando continuidade, o Mestre de cerimônia passou a palavra à Subsecretária do Meio Ambiente Márcia Luna. A Subsecretária cumprimentou a todos os presentes, se mostrou muito satisfeita de participar da última fase deste trabalho. Ela falou que a cartilha que foi distribuída mostra a quantidade de atividades que foram realizadas e a quantidade de pessoas que participaram. Ressaltou que o trabalho que foi realizado até o momento não pertencem somente a uma equipe de técnicos da prefeitura, mas de toda a sociedade que participou dessa construção. Disse que o Plano Diretor é o acordo que se faz entre os diversos segmentos, em que se discute o desenvolvimento urbano e se busca reunir todos os interesses que há na cidade em prol de um objetivo único. Ela ressaltou que para atingir este objetivo comum, as discussões não são nem sempre pacíficas, mas que é importante este esforço, para que a cidade possa sair da situação caótica que se encontra hoje e para que se possa trilhar um caminho melhor para as futuras gerações. Ela ainda citou os princípios do Estatuto da Cidade e ressaltou a importância da aplicação dos instrumentos desta política. A Subsecretária enfatizou que o trabalho que está sendo realizado é de excelência e que os planos de governos dos próximos gestores deverão estar em consonância com o Plano Diretor, para que as administrações tenham o seu enfoque no bem comum, comprometido com o futuro e com as futuras gerações. Ela parabenizou a todos nesta fase final da revisão do Plano Diretor, disse que espera que seja aprovado sem muitos “arranhões” na Câmara Municipal de Vereadores. Na oportunidade, a palavra foi passado ao Secretário da SEMUR e Presidente do CONCIDADE, Sr. Edemir Brasil. O Secretário



Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Porto Velho – PDPM

Equipe Técnica Municipal – ETM

Edemir cumprimentou a todos, agradeceu especialmente aos conselheiros do CONCIDADE e aos servidores da Prefeitura pelo empenho neste trabalho. Ele falou que a SEMUR junto à SEMPOG foram coadjuvantes na revisão deste Plano. Ressaltou que a SEMUR acompanhou de perto o Baixo Madeira nas atividades da revisão do Plano Diretor. E disse que este é um momento importante para Porto Velho, pois se estabelece as premissas da Cidade que todos desejam para o futuro. O Mestre de cerimônia agradeceu o pronunciamento dos secretários, solicitou que o dispositivo de honra fosse desfeito e na sequência passou a palavra aos representantes da ETM, a Arquiteta Raísa (SEMPOG) e ao Arquiteto Diogo (SEMUR) para fazerem a exposição do conteúdo a ser discutido na audiência pública. **2. Apresentação:** A Representante da ETM deu início à apresentação, cumprimentando todos os presentes. Fez um breve histórico de todas as fases da revisão do Plano Diretor, de Mobilização (Fase 1), Análise temática integrada (Fase 2), Diretrizes e propostas para uma cidade sustentável (Fase 3) ressaltando que no momento atual, o trabalho encontra-se na Fase 4 (quatro), a qual trata especificamente dos Anteprojetos de Lei do Plano Diretor e das Legislações Urbanísticas Complementares e do Plano de Plano de Ação e Investimentos (PAI) e Institucionalização do Plano Diretor. Ela esclareceu que este evento se trata da última audiência da Revisão do Plano Diretor e que no dia seguinte (vinte e sete de junho de dois mil e dezenove) haveria a Conferência, mas por entendimento do Prefeito, atendendo a um pedido do setor empresarial, concedeu mais um prazo para a sociedade poder apreciar as minutas de lei e trazer as suas considerações. Ela disse que a Conferência e o Fórum de eleição de delegados estão adiados, possivelmente ocorrerão no mês de agosto, que as novas datas serão publicadas e divulgadas a todos. Ela enfatizou que pela primeira vez estávamos contando com intérpretes de LIBRAS e agradeceu a presença deles por tornarem o evento mais inclusivo e acessível. Dando prosseguimento à apresentação, ela fez uma retrospectiva do processo de revisão, dizendo que foram quinze meses de trabalho, que foram mais de quatro mil e quinhentos participantes envolvidos nas atividades, que foram realizadas mais de cinquenta reuniões técnicas e setoriais, que foram mais de quarenta reuniões e oficinas de leitura comunitária e que este evento se trata da vigésima primeira audiência pública realizada no Município. Ela passou a palavra ao Arquiteto Diogo para dar continuidade à apresentação. O Representante da ETM cumprimentou a todos, disse que faria uma síntese da situação encontrada em relação à implementação do Plano Diretor de dois mil e oito e dos desafios de Porto Velho; apresentaria as propostas, avanços e inovações dos arcabouço que estão sendo revisadas, que se trata da Lei de Parcelamento do Solo Urbano, de Uso e Ocupação do Solo Urbano, do Código de Obras e Edificações, do Plano Diretor, e da





Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Porto Velho – PDPM

Equipe Técnica Municipal – ETM

Reestruturação do Conselho da Cidade; e falou que todo este trabalho culminaria na implementação do Plano Diretor. Na sequência, ele expôs os principais aspectos que foram identificados na situação encontrada no início do processo de revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Porto Velho, os quais foram: O Plano Diretor de dois mil e oito foi elaborado à luz do Estatuto da Cidade, mas não foram revisadas as leis urbanísticas; A Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (LPUOS) de mil novecentos e noventa e nove não foi revisada à luz do Plano de dois mil e oito; O Plano Diretor de dois mil e oito faz referência ao “padrão cultural da ocupação característico da região amazônica”, mas que não traduz em critérios de uso e ocupação dos solos; O Plano trata superficialmente da diversidade do território municipal (áreas protegidas, comunidades tradicionais, projetos econômicos, núcleos urbanos, etc.); O saneamento básico é tratado de forma limitada; O Plano aborda duas diretrizes prioritárias: a contenção da expansão urbana e a indução do desenvolvimento urbano condicionada à estrutura viária. No entanto, necessitava da revisão da LPUOS; O Plano incorpora instrumentos consagrados no Estatuto da Cidade, o que é positivo, porém o faz de forma tímida, sem estratégias claras de indução de desenvolvimento urbano; O tema habitação de interesse social não tem tanta ênfase no Plano Diretor de dois mil e oito, mas se introduz a ideia de Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) e em dois mil e onze, o Município elabora o Plano de Habitação de Interesse Social; O Plano criou o Sistema de Planejamento e Gestão Municipal e Urbana, mas foi apenas parcialmente implementado; A cheia de dois mil e quatorze é um marco – um dado novo que não estava posto em dois mil e oito (no Plano Diretor) e agora não pode ser ignorado; E o Código de Obras e Edificações (COE) foi atualizado em 2014, partindo da crítica que o COE de mil novecentos e setenta e três era excessivamente detalhado e que tratava o processo de licenciamento de construções, optou-se por um modelo de COE que não orienta o processo construtivo em Porto Velho e não estabelece o campo de atuação da administração municipal para cumprimento de seu papel constitucional de regular a produção do espaço urbano. Dando prosseguimento à explanação, o Representante da ETM, falou sobre a abordagem do novo Plano Diretor, suas propostas, seus avanços e inovações. Desta maneira, ele mencionou que a proposta de revisão do Plano Diretor se estrutura em torno de alguns princípios norteadores, que são: A preservação e valorização da Floresta Amazônica como direito de todas e todos, para as presentes e futuras gerações; O direito à cidade sustentável em harmonia com a preservação da Floresta Amazônica; A função social da cidade; A função social da propriedade urbana; A função social da propriedade rural; A inclusão territorial; A justiça socioambiental e a gestão democrática da cidade. Então, ele mencionou os grandes desafios de Porto Velho



Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Porto Velho – PDPM

Equipe Técnica Municipal – ETM

identificados durante a revisão do Plano Diretor: Avanço do desmatamento; Impactos de grandes projetos econômicos; Situação fundiária; Precariedade da infraestrutura de saneamento e a Dispersão da urbanização e reprodução horizontais fechados. O Representante da ETM falou que para vencer estes desafios o Plano Diretor propôs as seguintes estratégias: Cidade com a Floresta e as Águas; Controle da Dispersão Urbana; Pertencimento e Identidade; Modernização da Gestão Urbana e Presença do setor público nos distritos. Prosseguindo a apresentação, ele mencionou que as diretrizes temáticas do Plano Diretor foram incorporadas na ferramenta de planejamento denominada Macrozoneamento, desta forma, explanou sobre as propostas de Macrozoneamento Municipal, do entorno da Macrozona Urbana e do Zoneamento Urbano. Em relação ao Zoneamento Urbano, citou que o mesmo tem como diretrizes fundamentais a Contenção da expansão; a Priorização da qualificação urbana da cidade existente; a Indução ao aproveitamento de terrenos vazios; a Valorização da relação cidade-rio; a Preservação e valorização dos igarapés; a Valorização do patrimônio histórico local e a Ampliação de áreas verdes. Quanto aos aspectos de zoneamento relacionados aos distritos, o Representante da ETM disse que o Plano Diretor faz um indicativo de delimitação para seus núcleos urbanos. Posteriormente, ele falou da previsão que o Plano Diretor faz quanto a regulamentação de instrumentos consagrados no Estatuto da Cidade, os quais são: o Parcelamento, Edificação e Utilização Compulsórios (PEUC) e o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) Progressivo no tempo; o Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) e adequação conceitual da Outorga Onerosa do Direito de Construir (ODCC), que já é aplicada no Município com a introdução do Coeficiente de Aproveitamento Básico igual a um. Em relação à proposta de revisão da Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano, ele falou que ela traz como prerrogativa a qualificação da cidade existente. Além disso, disse que essa lei detalha os critérios de aproveitamento a partir do Zoneamento Urbano definido no Plano Diretor; intensifica o aproveitamento em torno dos eixos viários estruturantes; induz à ocupação de terrenos vazios e classifica os usos por grau de impacto; cria as zonas Beira Rio, de Proteção dos Igarapés e de Interesse Histórico; introduz novo parâmetro urbanístico – taxa de permeabilidade e regulamenta o Estudo de Impacto de Vizinhança. Na sequência, ele falou acerca da Lei de Parcelamento do Solo Urbano e apresentou as premissas da sustentabilidade ambiental urbana, as quais são: orientar a implantação da expansão urbana e indicar as condições para mitigação dos impactos urbanos pelo ato de parcelar o solo; disciplinar a implantação das diversas formas de parcelamento do solo urbano, diferenciando aquela voltada ao interesse social; orientar as ações de regularização fundiária em seus aspectos físicos-territoriais; definir os procedimentos administrativos e as



Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Porto Velho – PDPM

Equipe Técnica Municipal – ETM

obrigações do interessado em promover o parcelamento do solo urbano; observar, no parcelamento do solo, condicionantes ambientais específicas do sítio de Porto Velho é uma das formas de mitigar problemas atuais da cidade ou, pelo menos, de não intensificá-los, tais como: alagamentos, escassez de áreas verdes, deterioração dos igarapés etc. Com vistas à nova proposta do Código de Obras e Edificações (COE), o Representante da ETM mencionou que esta legislação traz materialidade espacial à complexidade embutida nos comandos do COE conectado com a contemporaneidade que vão desde os avanços tecnológicos no campo da construção civil aos requerimentos para mitigação e adaptação às mudanças climáticas, promoção da eficiência energética e desempenho quanto ao conforto ambiental das edificações. Além disso, ele abordou que o COE estimula profissionais da construção civil a aderirem às práticas de projeto e construção mais sustentáveis e a assumirem sua responsabilidade socioambiental. Ao término da sua exposição, ele disse que falou rapidamente de todos os temas para garantir o espaço para o debate, e que qualquer aspecto que a população quisesse resgatar durante a discussão poderia ocorrer durante o debate e que a Equipe Técnica junto ao IBAM dariam, na medida do possível, maiores esclarecimentos. A palavra foi passada novamente à Representante da ETM, Arquiteta Raísa, que deu prosseguimento à apresentação abordando o Plano de Ação e Investimento (PAI) e a Implementação do Plano Diretor. Ela mencionou que essa implementação está relacionada à Organização de informações para a gestão municipal; aos Instrumentos de planejamento; aos Programas e Projetos, às Intervenções urbanas estruturantes. Em seguida, ela citou as ações necessárias para a organização de informações para gestão municipal, tais como: atualizar a base cartográfica digital; elaborar o Relatório Anual do Plano Diretor; identificar e registrar o patrimônio imaterial do Município; dentre outras ações. Em relação aos instrumentos de planejamento, ela falou da importância da elaboração dos planos que o Município precisa realizar e mencionou dentre eles o Plano de Mobilidade Urbana; o Plano Diretor de Drenagem Urbana e o Plano de Desenvolvimento Econômico. Quanto aos programas e projetos, ela ressaltou a necessidade de um guia de orientação técnica aos comerciantes da Zona de Interesse Histórico Cultural e de um Programa de monitoramento dos grandes conjuntos habitacionais. E na sequência, ela explanou sobre as intervenções urbanas e estruturantes, elucidando por meio de um mapa específico as ações que devem ser realizadas, tais como: a qualificação das calçadas; arborização urbana; intervenções nas bacias dos principais igarapés da área urbana, qualificação na Rua José Amador dos Reis; entre outras. Além disso, ela ressaltou que várias das ações que foram discutidas nas oficinas de leitura comunitária, reuniões e audiências, estão contempladas no Plano de Ação e Investimentos (PAI). Posteriormente, abordou os últimos “passos” da revisão do Plano



Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Porto Velho – PDPM

Equipe Técnica Municipal – ETM

Diretor, que se trata da consolidação das minutas de lei, em seguida, da realização do Realização do Fórum de Eleição para delegados da Conferência e da Conferência da Revisão do Plano Diretor e, por último, do envio dos projetos de lei para a Câmara dos Vereadores. Na oportunidade, a Representante da ETM, apresentou um modelo de formulário que está disponível no site do Plano Diretor (no campo “Biblioteca”), que as pessoas podem acessar e fazer o *download*. Ela explicou que este formulário pode ser preenchido com as contribuições dos munícipes que o acessarem, e devem ser encaminhados para o e-mail planodiretor@portovelho.ro.gov.br até o prazo de dez de julho de dois mil e dezenove. As contribuições serão analisadas pelo corpo técnico da revisão do Plano Diretor e na medida do possível, serão incorporadas às minutas das leis. Posteriormente, ela passou a palavra para a Representante da ETM e integrante do CONCIDADE, a Arquiteta Carime, para fazer a mediação do debate. **3. Manifestações:** A Mediadora tomou a palavra e fez as orientações específicas para as intervenções na plenária e o debate. **Mediadora:** “Boa tarde a todos! Vou fazer hoje o papel de Mediadora aqui, para a gente ter um bom discurso, um debate em relação à apresentação que foi feita e vou passar algumas orientações sobre a participação da plenária neste momento de discussão. Em respeito à presença dos intérpretes que estão aqui fazendo este trabalho de inclusão social, e para ter maior participação possível da plenária também, seremos um pouco rigorosos quanto ao controle do tempo. Porque, como tem um horário para encerrar, é o horário também que os intérpretes estarão presentes na audiência. Como nós procuramos fazer a apresentação um pouco mais ‘no tempo’, nós gostaríamos que essa cobrança do tempo viesse também neste momento de intervenções. A participação da plenária pode ser oral, a gente vai dar a palavra para usar o microfone, ou por escrito por meio de fichas. A participação oral será organizada por inscrição, nós temos os servidores: a Fernanda, o Huéilton e a Flávia, que coordenarão as inscrições. Então, quem quiser fazer a fala, vai até eles, levanta a mão e eles vão fazendo essa orientação. Podem se inscrever até trinta minutos antes do horário do encerramento da audiência, ou seja, até cinco e meia, se a gente ainda tiver disponibilidade de vagas, o pessoal pode continuar se inscrevendo. A gente vai fazer três blocos, com cinco intervenções em cada bloco. Serão três minutos para cada participante, podendo haver reinscrição, só que vamos priorizar quem não tiver feito o uso da palavra. Se sobrar vaga, a pessoa pode se reinscrever e fazer o uso da palavra novamente. Para otimizar o tempo de intervenção, a gente vai recomendar aqui que quem se inscreveu por bloco, que fique próximo ao palco para já usar o microfone e falar. E com relação à participação por escrito, nós vamos disponibilizar um bloco para quem quiser fazer alguma pergunta por escrito. A equipe da Prefeitura distribuirá as fichas, para recolher as participações por



Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Porto Velho – PDPM

Equipe Técnica Municipal – ETM

escrito, e vai encaminhar para mim, para a gente fazer a leitura no final. O autor da intervenção deverá estar presente e se identificar no momento da leitura. No momento da intervenção oral ou escrita, para o registro das contribuições, o participante deverá se identificar com seu nome, organização e bairro. Na condução das intervenções, a mesa (as pessoas que estarão aqui ajudando), vai também observar o tempo disponível, a complexidade dos temas em discussão e o número de integrantes que vão fazer o uso da palavra. A coordenação se reserva ao direito de não comentar colocações, nem responder perguntas que não tenham relação com a audiência e com o tema que foi trabalhado aqui. As contribuições e comentários dos participantes serão posteriormente analisadas. Tudo o que vocês colocarem aqui, será apreciado pela Equipe Técnica Municipal, pelo Conselho e pela consultoria do IBAM e servirão como subsídio para motivar o processo decisório com respostas fundamentais para a sociedade. Então já está aberto para as inscrições. As pessoas que quiserem participar podem levantar a mão. Quem se inscrever para falar, já pode vir aqui. Quem quiser fazer a participação oral já passa o nome para a Fernanda que a gente já chama para o primeiro bloco. Eu pediria que o Diogo, a Raísa e o Henrique se posicionassem aqui (para responder às manifestações)”. A Mediadora chamou todos que se inscreverem no primeiro bloco para subirem ao palco para fazer o uso da palavra. Solicitou que quando fossem falar se identificassem e reforçou que controlaria o tempo durante as intervenções (três minutos para cada fala). **BLOCO I – Sr. Ocelio Muniz:** “Boa tarde a todos e a todas! Meu nome é Ocelio Muniz, sou da coordenação do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e moro em Porto Velho. Na verdade, a minha fala seria a leitura de uma nota pública que várias organizações e movimentos fizeram a partir do adiamento da Conferência. Ela vai demorar mais de três minutos. Posso? Então, nota pública para o Prefeito Hildon Chaves: A Cidade é um negócio. Para o povo, a Cidade é um direito. Um Plano Diretor justo, inclusivo, sustentável e democrático. Porto Velho, vinte e seis de junho de dois mil e dezenove. No último dia dezessete de junho, o Prefeito Hildon Chaves, reuniu-se com o setor da construção civil e de corretores de imóveis. E, de forma unilateral, suspendeu a Conferência da revisão do Plano Diretor Participativo, que estava agendada para a data de vinte e sete de junho, atendendo ao setor que teve todas as oportunidades nos últimos quinze meses de revisão do Plano Diretor para trazer suas demandas e contribuições. O Prefeito Hildon Chaves não pode falar em nome de toda sociedade. É preciso ficar claro que o adiamento da Conferência, com prejuízos econômicos e sociais para toda a sociedade e em resposta única, exclusivamente, ao setor econômico corporativo. Não podemos aceitar o discurso superficial e falacioso de simplicidade, objetividade e desburocratização do Plano Diretor, para atender aos lucros e negócios excessivos



Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Porto Velho – PDPM

Equipe Técnica Municipal – ETM

dos setores econômicos em detrimento de toda a coletividade. A Cidade em si, é um território complexo, diverso e plural. Não podemos aceitar respostas simples para realidades complexas. O Plano Diretor que se apresenta e que vem sendo construído de forma participativa, por diversos e diferentes grupos, comunidades e territorialidades dos distritos de Demarcação ao distrito de Nova Califórnia, da Vila Princesa ao Setor Chacareiro, com populações urbanas, ribeirinhas, camponesas e comunidades indígenas. Na nossa visão, é um instrumento que responde à complexidade de um território complexo e diverso que é o município de Porto Velho. A revisão das legislações urbanísticas complementares que vem acompanhar a revisão do Plano Diretor, caso do Código de Obras e Edificações, do Uso do Solo, de Parcelamento do Solo, de reestruturação do Conselho Municipal da Cidade e a Outorga Onerosa do Direito de Construir, foram construídas a partir da realidade do município de Porto Velho e com a participação direta de agentes públicos e sociais. A contribuição da consultoria do IBAM tem sido essencial, mas todo o processo de construção, do conteúdo das legislações, está ocorrendo de forma comunitária e coletiva. Não aceitaremos alterações unilaterais que destoem ou descaracterizem essas legislações. Solicitamos que toda a Equipe Técnica, conselheiros do Conselho da Cidade e agentes da sociedade civil organizada, acompanhem e intervenham em possíveis golpes nas citadas legislações advindos dos setores econômicos, que na maioria das vezes, só visam o lucro e a especulação, acima dos interesses coletivos e comunitários. Apontamos ainda as seguintes contribuições: para que a Prefeitura possa se colocar ‘à altura’ das novas legislações advindas da revisão do Plano Diretor, é urgente a capacitação do seu quadro técnico, estruturação das Secretarias Municipais e investimentos em sistemas de informação e tecnologias modernas essenciais ao planejamento territorial, indicados na estratégia ‘Modernização da gestão urbana’. É urgente criar uma cultura de implementação do Plano Diretor, com monitoramento técnico da Prefeitura e acompanhamento do controle social do Conselho Municipal da Cidade e da sociedade civil organizada, por meio de fóruns coletivos e específicos. É urgente a aplicação dos instrumentos urbanísticos e jurídicos do Plano Diretor e das legislações urbanísticas complementares, particularmente, a Outorga Onerosa do Direito de Construir, o Estudo do Impacto de Vizinhança, as Zonas Especiais de Interesse Social, o IPTU Progressivo no tempo. Todos são instrumentos que garantem a justa distribuição da riqueza da cidade para todos e todas. Recursos para aplicar em políticas públicas, os espaços públicos de qualidade, o acesso à população aos bens e benefícios da cidade. Por fim, é urgente uma cultura de justa participação das crianças, jovens e adultos para implementação do Plano Diretor e das legislações complementares, com acessibilidade, com agentes capacitados para essas finalidades,



Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Porto Velho – PDPM

Equipe Técnica Municipal – ETM

com materiais didáticos, visuais e audiovisuais. Intercâmbio e conhecimento de diversos lugares do Município e a promoção de um grande momento de avaliação e análise de implementação do Plano Diretor, que será a Conferência de dois em dois anos, em que todos terão a oportunidade de acompanhar os avanços e as dificuldades que deverão ser enfrentadas no decorrer da concretização do Plano Diretor Participativo. Quem muda a Cidade somos nós. Nossa força, nossa voz. Assim nesse manifesto, o Coletivo Popular de Direito à Cidade, o Instituto Madeira Vivo, o Coletivo Mura, o Movimento dos Atingidos por Barragem, as pastorais sociais da Arquidiocese de Porto Velho, a Central de Movimentos Populares e a Comissão Pastoral da Terra. Quem quiser assinar, esteja convidado!”. **Sra. Rosália Oliveira:** “Boa tarde! Meu nome é Rosália, estou na União por Moradia (UEMP) e também membro do Conselho da Cidade. Eu já tinha feito a minha pergunta, registrei aqui e estou contemplada com setenta por cento do que o Coletivo trabalhou neste documento. A União também assina. A minha pergunta é para a Equipe Técnica, não vou citar o nome aqui de nenhum dos membros da ETM, até porque todos eles têm como responder o que eu havia perguntado. Eu perguntei para o Diogo na oportunidade da apresentação dele, sobre as diretrizes e os termos utilizados para se chegar ao número de metros quadrados de vazios urbanos. Pergunto por quê? Eu como moradora de Porto Velho, participei de algumas reuniões, de algumas audiências dos planos setoriais: habitação, transporte e mobilidade etc. E os planos não estão aprovados. Portanto, no meu entendimento, ‘ele’ não está contemplada dentro do Plano Diretor. É uma leitura que eu como pessoa, como moradora faço e gostaria muito de respostas sobre os planos. Porque o nosso Plano Diretor já está em fase final, mas eu como moradora daqui, gostaria muito que hoje a gente já estivesse trabalhando as propostas que o Plano de dois mil e oito ‘tenha sido aprovadas’ e agora a gente dando continuidade para trabalhar algumas questões de transformar os bairros periféricos em bairros inteligentes. Eu gostaria muito de ter uma proposta de que o aterro sanitário já estivesse contemplado e pronto, também aqui como uma proposta do Plano Diretor. Gostaria muito que o setor de transporte da zona rural estivesse aqui como melhorias, e não como ‘sucatas’ que estão se apresentando, que estão oferecendo como serviço. Não gente! Nós precisamos valorizar o que se arrecada. Precisamos valorizar cada centavo. Para mim dez centavos é dinheiro e quando eu falo de dinheiro, falo do meu imposto, que eu pago todos os dias, como são funcionários públicos pagam também. Gostaria que os investimentos que fossem arrecadados e que tivessem as implementações aqui dentro do Plano Diretor, fosse feita uma prestação de contas para nossa a população que não está contemplada também dentro do Plano Diretor (a Mediadora interveio no momento, solicitando que ela concluísse a fala, porque já tinha terminado o tempo que



Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Porto Velho – PDPM

Equipe Técnica Municipal – ETM

lhe foi concedido). Não se fala de recursos dentro do nosso Plano Diretor. De onde vem este recurso? Para onde que ele ‘tá indo’? Não tem como a gente verificar e fiscalizar o recurso dessas compensações, dessas obras. É Portochuello, é das usinas (a Mediadora interveio novamente). Só um minuto, estou concluindo! Dessas usinas, para onde está indo estes recursos, que a nossa Cidade continua horrorosa, não é nem feia, é horrorosa?! Ninguém está se colocando como morador da nossa Cidade, para dizer que o nosso Plano Diretor será aprovado e que a nossa Cidade vai mudar de cara. No meu entendimento, vai continuar do jeito que está. Porque cada um que entra é daquela política do ‘quanto pior, melhor’. E não é isso que nós queremos, nós queremos uma cidade justa, igualitária, para que todos possam se sentir como moradores de Porto Velho. É isso que eu espero dentro do Plano Diretor, acessibilidade a todos os setores e a todas as políticas públicas. Muito obrigada Carime!”. **Sra. Márcia Mura:** “(Iniciou sua fala com um cumprimento em língua indígena) Boa tarde! Eu sou do povo Mura, que ocupa, meu povo ocupa o Rio Madeira ancestralmente, de Porto Velho até a ‘ponta do Autazes’ no Amazonas. Aqui em Porto Velho na área de Rondônia que está mais invisibilizado, mas no Amazonas estamos bem fortes politicamente. A minha fala é justamente, porque nós estamos aqui já numa última fase, de fechar o Plano Diretor, em algumas oficinas específicas, houve participação indígena. Onde foi reivindicado áreas de interesse indígena, e mais uma vez numa atividade, que está discutindo a questão do território, do espaço, do lugar, e esses espaços indígenas não são mencionados. Então enquanto indígena, não só Mura, mas tendo em vista que Porto Velho hoje é um lugar, é um espaço, que existe vários povos indígenas, de diferentes etnias, não só de Rondônia, mas também de outros estados que vivem em Porto Velho, o Plano Diretor tem que contemplar isso. O Plano Diretor tem que contemplar a presença dessa diversidade indígena que habita Porto Velho. Então assim, dentro do que já foi falado, preciso garantir essa demarcação da presença indígena em Porto Velho. Chega de invisibilidade! De um território étnico, multiétnico, onde envolve os indígenas, os quilombolas, os ribeirinhos, as comunidades tradicionais. Lá em Manaus, tem o território das tribos, que é um nome de antemão não sou muito simpática, por conta dos termos utilizados, mas é uma proposta de se criar, dentro daquela ideia de que há vários indígenas, que todo espaço urbano, que todo espaço na cidade tem espaço para eles se valorizarem ali e se apresentarem dentro da sua diversidade. É necessário um espaço desse em Porto Velho. Não como reduto porque os indígenas e as outras representações culturais que estão espalhadas em Porto Velho, não estão só em um lugar. Mas assim, a ideia é que se tenha uma forma de que essa presença deixe de ser invisibilizada. Uma das sugestões é criar um espaço em que se possa ser feito essa manifestação materializada com esta



Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Porto Velho – PDPM

Equipe Técnica Municipal – ETM

diversidade e diferença cultural e também alguns lugares têm que ser demarcados. Como exemplo, a Ferrovia Madeira-Mamoré, ali não é só uma história oficial que tem que predominar não dos pioneiros. Ali tem que ter um memorial, falando de quantos indígenas morreram ali, que povos que são originários daquele lugar, (a Mediadora solicitou que ela concluísse), vou concluir, ‘só um pouquinho’. Vai ter que esperar só mais ‘um pouquinho’, por favor! Então eu quero colocar como sugestão aqui, que seja criado um memorial, na Ferrovia Madeira-Mamoré, trazendo presente os povos indígenas que foram praticamente dizimados como os Karipunas, os Karitianas que foram afetados e os Muras que foram obrigados a recuar para o Estado do Amazonas. Embora aqui em Porto Velho existem vários Muras que ocupam o espaço urbano. É isso que eu tenho para dizer por enquanto”. **Sr. Estephaneu Kué uo Voduu Abhe:** “(Iniciou sua fala com um cumprimento em língua iorubá) Boa tarde a todos, amigos e parceiros e aos cidadãos de Porto Velho! É com grande tristeza que eu veio mais uma vez participar do Plano, que desde dois mil e quatorze a gente vem nessa luta, na defesa dos ‘Kues’, na defesa dos ‘Ileis’, na defesa dos quilombolas, na defesa dos territórios sagrados dos ‘Jêijis’, dos ‘Guetos’, do “Angola”. Porque o próprio cemitério indígena, o próprio cemitério ‘Odum’, o próprio Cemitério da Candelária que é um patrimônio negro, africano, que é para a pessoa que atravessou o oceano para trabalhar, para construir, para fazer um patrimônio cultural em Porto Velho. E onde que o próprio Plano omitiu as histórias concretas, de pontos estratégicos até da Sra. Bica de Santa Bárbara. Aonde nossas casas não estão localizadas como deveriam ser, colocadas como templos sagrados de cultura negra, de cultura representante. Eu fico vendo a minha infância e uma parte da minha idade mais avançada, o princípio, o meio e o fim do Triângulo, que ‘tá’ sendo dizimado e ninguém está fazendo nada. As representações do Bairro, aonde nasceu tudo, praticamente tudo, ‘tá’ abandonado há doze anos e ninguém faz nada por isso. As compensações da Hidrelétrica da Samuel e Jirau, que ‘ficou’ de fazer o ‘plano de sentar conosco’, representantes de todas as casas, de todos os indígenas para se fazer o templo sagrado, e nada foi feito. Só o engenheiro, arquiteto, de São Paulo, de Minas Gerais que veio para fazer ‘aquilo lá’. E lá ficou, não foi apresentado ao público, não foi apresentado a nós, e não foi devidamente e respeitosamente com conosco. Porque não teve um, para falar assim: ‘o que a gente coloca lá, uma árvore?’ Não! Nada! Nada! Espero que, a partir de agora, com a presença, tenha pelo menos aqui, o conteúdo dos barracões, da territorialidade que estava se falando tão cedo. Porque nós precisamos ser identificados como cultura, como ‘Plano piloto existente cidadão’, uma história!”. **Sr. Divorzi Xavier:** “Boa tarde a todos e a todas! A todas as autoridades, a todos os presentes. Em primeiro lugar eu quero dizer que foi uma longa caminhada durante estes quinze meses. Quero agradecer aí a



Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Porto Velho – PDPM

Equipe Técnica Municipal – ETM

toda equipe do IBAM. Que eu sou da Associação de Moradores da Vila Princesa, faço parte do CONCIDADE e acompanhei essas ‘andanças do Alto Madeira’ e venho acompanhando toda essa demanda. Eu quero agradecer a todos os companheiros, ao Henrique, a todos, sem exceção de nomes, porque todos eu acompanhei a luta. A nossa Comunidade que era esquecida, teve duas oficinas, teve participação e o que está faltando mais a partir de agora, por que já estamos finalizando?! Quero convocar a todos e a todas que participem mais, que seja para o seu vizinho, para sua comunidade, que sejam fiscalizadores do novo Plano Diretor, para que ele não seja engavetado como o anterior. Para que ‘isso aqui não fique só em falácias’, porque eu na minha Comunidade, nós vamos fiscalizar e vou orientar a todos e a todas para que cobrem dos gestores municipais, o que está proposto neste Plano Diretor. Então isso é muito importante para toda uma comunidade, que não venhamos só neste exato momento da concretização do novo Plano Diretor, mas que venhamos a acompanhar, para que os gestores, saia um gestor e o outro ‘esquece tudo’, para que venhamos cobrar aquilo que é de direito, a participação de todos os catadores. Como bem falou a companheira Rosália, do aterro sanitário, nós precisamos da reintegração, de acordo com a Lei nº 12.306 (doze mil, trezentos e seis), que seja inseridos os catadores, que ali são pessoas, são gente. Não podem ficar desempregados. A regularização fundiária, nós estamos reivindicando. Nós queremos nesta audiência reforçar que isso seja feito realmente, que não fique só na ‘falácia’, não vá para a gaveta. No mais, eu agradeço a todos os companheiros e reforço aqui, a Vila Princesa precisa tem que ser olhada como todas as comunidades, porque somos gente, somos pessoas e se fala muito em meio ambiente. Mas o que se tem feito para que o meio ambiente venha ser realmente meio ambiente para daqui vinte, trinta, quarenta anos? A nossa sociedade tem que ser reeducada, porque quando qualquer chuva, o que acontece? Os bueiros são entupidos, porque as pessoas tomam refrigerante e jogam o vasilhame fora. Então, o que seria sugerido aqui, já que temos tantas emissoras de televisão, para que elas tivessem uma participação de orientar a nossa sociedade. Isso é uma ‘deixa’ que deixo aqui para todos, que elas poderiam participar ajudando na educação, já que são todas nas propagandas, que eles ‘pagassem uma parte dos impostos educando nossa sociedade’. Muito obrigado!”. A Mediadora passou a palavra aos técnicos para fazerem suas colocações em relação à fala dos participantes. **Representante da ETM, Arquiteta Raísa:** “Océlcio, avisar que a gente está recebendo, oficialmente, a carta. São várias entidades, representando vários segmentos. A equipe vai inserir este documento, como foi pedido de vocês na ata da audiência de hoje, e, daremos o prosseguimento, que é passar para os nossos gestores, o Secretário, o Chefe do Executivo, para que eles tenham ciência do conteúdo da carta de vocês”. **Representante do IBAM, Arquiteto**





Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Porto Velho – PDDM

Equipe Técnica Municipal – ETM

Henrique: “Bom! Quero agradecer a oportunidade de estar aqui com vocês. É sempre estimulante este momento das audiências, porque a gente pode trocar ainda um pouco mais sobre o tema, que a gente já vem trabalhando no ano todo, mas pelas falas iniciais, tenho um sentimento de alegria. Primeiro porque as manifestações que ouvi aqui dos colegas, dos amigos que falaram, eu tenho a sensação de que pelo menos parte das coisas que eles falaram, está ‘dentro’ das minutas de Leis. Talvez não completamente, talvez não com a ênfase que eventualmente, cada um pode imaginar, do trabalho em sua questão, mas ‘tá lá’! Eu vou tentar demarcar alguns elementos que me parecem importante e que fui lembrando na medida que vou ouvindo vocês falando. Mas ao mesmo tempo, quando a gente ouve as falas aqui, a gente aprende uma coisa nova e que talvez nos mobilize realmente, para rever o que a gente já escreveu e, talvez, aperfeiçoar. Então vou fazer alguns comentários que consegui registrar aqui. Primeiro na fala da Rosália, quando você fala dos vazios, dos critérios e ‘tal’. A gente fez. Uma coisa que estamos chamando muito a atenção, é que existe algumas fragilidades de informações técnicas do Município. Por isso que só aparece em vários momentos da apresentação, porque não dá para a gente aprimorar o planejamento e ter mais capacidade de gestão, sem informação técnica organizada, sem um trabalho permanente. Porque no processo de planejamento, o Plano Diretor é uma peça importante, é um documento marco, mas o processo de planejamento é algo contínuo, construído dia-a-dia. Em relação, por exemplo, a questão dos vazios, a gente tem um problema que não temos uma base cartográfica atualizada do Município, da Cidade, nem da área urbana. Temos dificuldades para planejamento. A gente fez um levantamento, naquela área mais central, por análise de imagens e levantamento de campo e esse foi o elemento, que nos fez chegar a essas informações, que nos fizeram chegar a esse número estimado, número de referência, mas já bastante significativo, mesmo numa área que é mais consolidada. Foi suficiente para nos fazer ter certeza que Porto Velho tem capacidade de abrigar seu crescimento populacional dos próximos anos, seguramente nos próximos dez anos, na área onde ela já está urbanizada, por isso tem a ver com as várias propostas que estão aí. Na questão indígena, a gente teve uma grande preocupação com este tema, tentamos incorporar, acho que demos alguns passos importantes em relação ao Plano Diretor de dois mil e oito. Alguns elementos nesta linha são: no macrozoneamento, na macrozona que chamamos de valorização da sociobiodiversidade, na verdade, ela tem este sentido. Se ‘for lá ver’ na diretriz, ela está falando de uma demarcação de uma grande área do município de Porto Velho, que abriga diferentes comunidades, diferentes formas de morar, diferentes grupos sociais, que são importantes em si mesmos e são importantes no seu papel de preservação da floresta, que é um elemento fundamental que está dentro da visão de território



Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Porto Velho – PDPM

Equipe Técnica Municipal – ETM

expressa no Plano Diretor. Também criamos uma figura, que está lá na página quarenta, artigo sessenta, se não me engano da minuta do Plano Diretor, que são as áreas especiais de interesse sociocultural. O que é isso? A gente está criando essas áreas especiais, está criando uma figura municipal de reconhecimento, de grupos sociais, das comunidades tradicionais, das áreas indígenas, de comunidades ribeirinhas. Está criando uma figura, que o próprio Município pode ‘lançar mão’ e reconhecer no seu território onde essas comunidades estão instaladas. Mesmo sabendo que terra indígena é dentro da ‘repartição, das ‘competências’, está no âmbito da esfera federal. Mas do ponto de vista do interesse cultural, local. A gente atribui, coloca, incorpora no Plano Diretor essa necessidade de um olhar para as comunidades tradicionais. E isso também tem alguma repercussão, dentro da própria área urbana, pelo menos no nível de diretrizes. Vocês já estão trazendo algumas propostas mais concretas, nós podemos ver como é possível incorporar”. **Representante da ETM, Arquiteto Diogo:** “Só para complementar a pergunta da Márcia Mura, também o inciso quatorze do artigo cinquenta e três, ele coloca como diretriz, a formação destes espaços, dessas áreas de interesse sociocultural. Então, além de estar no mapa, o que já está programado, existe também a diretriz para o reconhecimento e incorporação dessas novas áreas que, porventura, vão sendo detectadas ao longo do tempo”. **Sra. Márcia Mura:** “Assim, foi feita uma demonstração aqui de que a minha fala tinha sido contemplada, mas não foi. O que eu estou falando. É mais do que obrigação se não estivesse aí colocado os territórios indígenas que estão lá demarcados ou reivindicados como demarcação, aí ia ‘ser o absurdo do absurdo’. O que eu estou falando, é da Cidade de Porto Velho, capital. Aonde há presença indígena é totalmente invisibilizada e tem que colocar estratégias de que ela saia da invisibilidade. Aí é aonde eu estou dando o exemplo concreto, não adianta aí na cartografia atualizada, porque justamente nesta cartografia atualizada que está apagada a presença Mura, por exemplo. O povo Mura não está lá. Justamente a cartografia oficial apaga completamente, nem menciona, que é território ancestral Mura aqui em Porto Velho. E é preciso rever isso, é preciso rever também a forma como está representada a questão da Ferrovia Madeira-Mamoré, onde predomina só a versão da história oficial. Não está contemplado aqui no Plano Diretor. É preciso, também, rever como que a gente pode criar, espaços em que essa diversidade de fato tenha possibilidade de manifestar o seu patrimônio vivo, cultural, presente e vivo aqui na Cidade. **Representante do IBAM, Arquiteto Henrique:** “Isso que você está falando são temas que estão ‘dentro da nossa preocupação’ na frente de trabalho. Pode ser que não esteja, não tenha alcançado plenamente a expectativa, ‘mas está lá dentro da opção que deu pra gente falar’. (01:44:07). Eu pediria a vocês lerem toda a parte que trata de “Pertencimento e Identidade”,



Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Porto Velho – PDDM

Equipe Técnica Municipal – ETM

das diretrizes de valorização do patrimônio e etc., que a gente tem uma discussão que está ali, expressa no trabalho, do patrimônio, buscando justamente, reconhecer e valorizar o patrimônio imaterial de Porto Velho, as comunidades tradicionais. Está no nível de diretrizes. A gente pode ter, isso tudo é uma construção. Eu acho que a gente está dando passos ‘bastante a mais’ do que o que tinha no plano anterior. Pode ser ainda menos do que deveria. Podemos ainda, neste momento conseguir colocar um ‘pouco mais dentro do Plano’, convido vocês para a gente tentar construir isso junto nessa reta final, como que a gente coloca ali no Plano. O que não couber dentro do formalismo de uma lei, é dentro de uma construção do processo. Precisa ter claro que isso é uma construção permanente. Eu sei que o Plano não vai resolver todos os problemas ‘do mundo’, não vai resolver tudo. Eu acho, que um grande esforço de criar um espaço, a estar no ‘rol’ de preocupações cotidianas e traduzidas em políticas públicas”. A Mediadora encerrou o bloco e convidou os participantes do segundo bloco para fazerem o uso da palavra.

BLOCO II – Sra. Mariane Motta: “Boa tarde a todos e a todas! Meu nome é Mariane, sou integrante do Coletivo Popular do Direito à Cidade, nas diversas audiências a gente vem participando e colocando nossas propostas. Então eu veio aqui reforçar a importância que o IBAM vem fazendo como consultoria na construção do Plano Diretor Participativo. Deixar bem claro, participativo! A lei diz que ele é participativo, isso quer dizer que toda a sociedade de Porto Velho é importante que ela tenha sua intervenção na construção do Plano Diretor, que ele seja acessível a toda a cidade, com toda a sua complexidade, a todo o município de Porto Velho. Como a gente vem bem falando, nós temos a característica de uma região amazônica, de um município amazônico, e nós temos que abraçar todas essas complexidades e tornar esse Plano, que seja atingido para todas as localidades de Porto Velho. Neste sentido, eu endosso o que está na nota dos movimentos sociais, colocando que todo esse trabalho construído e que sabemos, tem um custo, que ele seja respeitado, todo esse processo de oficinas, de audiências públicas e a construção dele, se faça de forma clara e transparente, até pela Prefeitura no processo de prestação de contas. Que o produto final deste Plano Diretor, ele seja assinado, respeitando todo o processo democrático de construção dele, de todas as formas como ele foi trabalhado, nas audiências, repetindo, nas oficinas. E, nós sabemos que por Porto Velho ser um município muito longo, muito extenso, que conseguimos avançar muito na discussão de um Plano Diretor Participativo, levando até às comunidades mais longínquas. Então dessa maneira, quando a Prefeitura, ela endossar e respeitar, ela vai mostrar claramente, que ela está respeitando a todas essas comunidades, seja do Baixo Madeira, seja dos distritos e seja do Distrito Sede que é a Cidade de Porto Velho. Então isso é muito importante! Uma outra questão, que se



Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Porto Velho – PDPM

Equipe Técnica Municipal – ETM

respeite as Zonas Especiais de Interesse Social, que a gente já vem debatendo e propondo no Plano Diretor. Não podemos pensar numa cidade para atender somente um segmento, temos que pensar em uma cidade que ela pense em toda a diversidade, principalmente, daqueles segmentos que são mais vulneráveis: mulheres, crianças, idosos, população negra e as comunidades ribeirinhas (a Mediadora interveio, solicitando que ela concluísse a fala). ‘Já? Não! Peraí, deixa eu colocar meus óculos!’ Então, eu veio aqui também, endossar e deixar bem claro, que é importante que a gente pense com responsabilidade o nosso Município, que pensemos como pertencentes a este Município. Só a minha família tem trinta anos. Eu vim do Rio Grande do Sul, mas eu me considero rondoniense e beiradeira, eu nem tenho mais vínculo com o Rio Grande do Sul, eu sou de Rondônia, eu sou de Porto Velho. Então eu defendo essa Cidade, cidade da minha família, cidade que eu criei e ‘afinquei na terra as minhas raízes’. Então eu defendo sim essa Cidade, como acredito que todos que estão aqui. Então dessa maneira, vamos pensar na construção responsável da nossa Cidade de Porto Velho. É uma pena que o tempo é tão curto, que a gente acaba perdendo alguns ‘fios da meada’ (a Mediadora solicitou novamente que ela concluísse). E, principalmente, quando falando da expansão urbana e para a expansão da margem esquerda do Rio Madeira. Essa expansão não vai trazer bons resultados para o Município de Porto Velho. Hoje pode parecer que sim, mas não. Porque a gente sabe que o nosso Município, com dados estatísticos e dados oficiais, nós temos problemas sérios de mobilidade urbana, de saneamento ambiental, de saneamento básico. E quando a gente fala de saneamento ambiental, a gente da questão de proliferação de doenças por falta de esgotamento sanitário, que é ínfimo no nosso Município, como também a questão da água tratada, que ela não chega para todos. Então dessa maneira, nós temos que pensar nossa Cidade, desenvolver ‘ela’ onde ela já está construída e não pensar em expansão urbana. Expansão urbana atende a outros interesses, mas não à uma cidade democrática e acessível. Muito obrigada!”. **Sr. Sirlei Nobre Santos:** “Boa tarde a todos que se faz presente! Boa tarde a todos os meus amigos chacareiros que estão ali. Em nome da Associação de Ação Popular de Hortifrutigranjeiros da União (Setor Chacareiro), quero desejar uma boa tarde a todos. Quero bem lembrar também que se fazia presente o meu amigo Jorge Elarrat, que estava neste momento aqui, e foi um dos grandes pioneiros para ajudar a resolver aquele nosso espaço dos chacareiros. E todos aqueles que estão lutando, cada um, com seu intuito, na sua comunidade. Eu quero desejar ao Diogo, a todos vocês, que estão fazendo este Plano Diretor, que escutou a gente, a Presidente Gabriela quando procurava vocês para estar resolvendo, e dando aquele espaço do Setor Chacareiro para nós. Porque estamos aqui hoje, para estar questionando, estamos questionando o ‘seu’ espaço. Nós estamos querendo, que nós



Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Porto Velho – PDPM

Equipe Técnica Municipal – ETM

conseguimos, lá no finalzinho da Zona Leste, aquele espaço, como Zona de Chácara. Para que nós ‘trazemos’ o alimento sadio para a mesa de vocês. E todos vocês que estão aqui, que não conhecem o Setor Chacareiro, pode fazer uma visita para nós. Vamos lá saber e conhecer, aquele espaço. Então o Plano Diretor contemplou a gente já. Nós questionamos muito e conseguimos já ‘convocar e levar para a votação’, para que nós temos aquele pedacinho de terra, para a gente plantar e produzir um alimento de qualidade para vocês. Então quero agradecer a todos vocês e é isso que eu quero falar em nome de todos os chacareiros. É isso! Boa tarde a todos e muito obrigado!”. **Ir. Elizabeth de Fátima Nascifco:** “Irmã Elizabeth, falo aqui pelas Pastorais Sociais. E gostaria de reforçar dois pontos. A gente sabe que o trabalho foi bastante árduo, para que chegasse até este ponto o Plano Diretor, porém o desafio é de sair do papel e ir para a prática, ele é bem complexo. E por isso, trago dois pontos, conforme eu já disse, para a gente tentar refletir. O primeiro, nós sabemos que a Igreja Católica tem uma campanha nacional que é a Campanha da Fraternidade. E sempre ‘pega’ um tema que está em completo desafio em nível nacional, e este ano, para nossa alegria, ele fala das políticas públicas, a questão de moradia, de educação, saúde e acima de tudo, assumida aqui em Porto Velho, a questão do saneamento básico. Daí a gente fica se perguntando: ‘como pode uma capital de grande porte ainda não ter saneamento básico para os seus municípios?’ Então fica este desafio para o Plano, para realmente ser concretizado. Porque não adianta cada ano vir aqui e falar de saneamento básico, enquanto que de repente fica para uma minoria, e a maioria, as camadas mais inferiores da sociedade, mais pobres economicamente, ficam sem acesso a este direito. O segundo ponto, nós temos este ano, e já vem sendo trabalhado desde o ano passado, um Sínodo Amazônico. Onde o Papa Francisco, quer ter um olhar assim, muito carinhoso, pelos povos, pelos seres que tem vida, a partir da Amazônia, e que essa ideia se estenda para o mundo inteiro. Isso é muito bonito e valoriza muito a nossa região. Porém, o desafio, eu já vi aqui várias colocações, por isso eu disse que vinha reforçar pontos. A questão dos povos tradicionais. Eu vim nesta mesma sala, acho que foi há dois meses, a entrega de um caderno de conflito, a partir de uma conferência. E ali eles diziam que foram dez mortes este ano. E quais são as causas dessas mortes? Tudo tem a ver com a demarcação da terra. Daí a gente fica se perguntando: ‘como está o poder público preocupado, voltado para essas questões de território? O povo tradicional que até agora dedicou sua vida ao cuidado da natureza, cuidado das plantas, dos animais, como não são valorizados e seus territórios ainda não são demarcados? E os pequenos agricultores também, os posseiros que ficam sem terra demarcada e depois ficam se matando entre si. Então o respeito à cultura indígena e aos povos, pequenos proprietários que estão em cima da terra sem a legalização.



Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Porto Velho – PDDM

Equipe Técnica Municipal – ETM

Essa é a nossa luta enquanto pastorais, movimentos e serviços no nosso regional. Obrigada!” **Sra.**

Marlene Souza Monteiro: “Boa tarde. Eu sou a Sacerdotisa Marlene, não ‘Reata’! Parabéns para vocês que trabalham, fizeram este trabalho bom do Plano piloto. Infelizmente esqueceram de fazer, um pequeno pedacinho ali na Beira Rio, no projeto de vocês para que nós, povos de terreiro, ‘fizessem’ nossas entregas, nossos presentes nas águas. Porque nós corremos muito risco de vida, quando vamos entregar um presente nas águas da margem do Madeira, aqui na margem esquerda. Por quê? Tem as pessoas que residem na margem, aquele lado, no Cai N’Água, até essa parte da Estrada de Ferro, que são agressivas, aonde já me ameaçaram de jogar dentro d’água, aonde fui ameaçada de palavras de baixo calão, que tive que chamar a polícia para acompanhar, para entregar o presente nas águas. Então que vocês pensem bem, reflitam bem, que nós povos tradicionais, precisamos do nosso espaço, que as hidrelétricas tiraram. Agora preciso também que tenham uma visão melhor, agora vou fazer uma coisa para vocês. Vocês estão de parabéns, mas é uma falta de respeito dos governantes, de Prefeito, ‘se junta na calada da noite’ para se reunir contra nossa luta. Cadê o Prefeito? Cadê o Governador? Cadê os deputados? Nós estamos na casa deles e eles não vem. Que respeito com meu povo? Eu sou uma cabocla, eu sou uma beiradeira. Vivo aqui, sou de Rondônia, sou Porto Velho, sou Rondônia. E cadê os políticos que estão na época de política ‘beirando’ nas nossas portas? Cadê que eles vêm nos dar apoio? Apoiar o trabalho de vocês, dar valor para o trabalho de vocês, para as nossas reivindicações? Isso é uma falta de respeito com a população! Era isso que eu queria falar!”. **Sr. Ari Junior:** “Boa tarde, meu nome é Ari. Eu sou representante da INFRAERO. Estou aqui hoje para retificar um artigo da legislação que foi encaminhado pelo nosso superintendente de planejamento aeroportuário. Aí eu vou apenas fazer o registro dessa solicitação de alteração no texto, do capítulo três, da área de influência do aeroporto, do artigo trinta e nove. Vou ler o texto original e depois a proposta da Lei de Uso e Ocupação do Solo. E, ele faz uma sugestão de que ela também seja inclusa no artigo do anteprojeto. É isso mesmo. Ele ser da Lei de Uso e Ocupação do Solo. Então o texto original, do artigo trinta e nove, ele diz: ‘Novas construções na Área de Influência do Aeroporto, definida por regulamento federal, deverão considerar as limitações de uso e ocupação do solo e as orientações construtivas nos planos aeroportuários pertinentes. Parágrafo único: O Município poderá editar norma específica sobre a matéria do *caput* deste artigo como objetivo de facilitar a identificação, consulta e disposições dos regulamentos federais’. Este é o texto original. E a proposta do substitutivo é retirando a palavra ‘novas’. Ele faz aqui um fundamento, ‘propõe-se’ excluir a palavra ‘novas’, para possibilitar que mesmo construções já existentes venham a ser adaptadas em função das leis e regulamentos



Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Porto Velho – PDPM

Equipe Técnica Municipal – ETM

federais que definem os planos aeroportuários, especificamente, por ocasião de reformas, ampliações e avaliação caso a caso, que o Município poderá fazer com a assistência técnica da INFRAERO ou da Secretaria Nacional da Aviação Civil. ‘E aí’ o texto fica assim: ‘As construções nas Áreas de Influência do Aeroporto, definida por regulamentos federais, deverão considerar as limitações de uso e ocupação do solo e as orientações construtivas estabelecidas nos planos aeroportuários pertinentes. Parágrafo único: O Município poderá editar normas específicas sobre a matéria do *caput* deste artigo como objetivo de facilitar a identificação, a consulta, o cumprimento dos regulamentos federais’. Era isso!” A Mediadora passou a palavra aos técnicos para fazerem suas colocações em relação à fala dos participantes. **Representante do IBAM, Arquiteto Henrique:** “Só dois ou três comentários rápidos. O primeiro é da fala da Mariane, do final, quando ela falou da questão da expansão, da margem esquerda, só para registrar, reforçando o que a gente já falou e o que está escrito na minuta, na proposta. A proposta é de consagrar o que já está no Plano Diretor de dois mil e oito, que é a margem esquerda não ser entendida, demarcada como perímetro urbano. Urbano é da margem direita ‘pra cá’. Isso já estava no Plano Diretor de dois mil e oito, embora tenha havido aquele ‘convívio’ de uma lei do Plano Diretor com uma lei de Uso e Ocupação do Solo anterior, dez anos antes, que permitia um entendimento eventual, de que a margem esquerda podia ser ocupada, mesmo assim é discutível. Então a proposta está justamente de acordo com a preocupação aí da Mariane, reduzindo inclusive o perímetro urbano mesmo aqui na área já consolidada, mas ainda assim com a responsabilidade e de ter a tranquilidade de que a área do perímetro urbano, permite o desenvolvimento da cidade, permite ainda sim a expansão, algumas frentes de expansão etc., mais contida. A nossa querida Marlene, gostei da sua intervenção. Tocou em alguns pontos que eu não sei. Talvez tenha algum abrigo em algumas das diretrizes que ‘estão lá’. Mas não está explicitada a sua preocupação. Não sei se no Plano Diretor é exatamente. Nós vamos tentar olhar com carinho este assunto. Ver se a gente pode mexer em algum texto ‘lá’ para dar visibilidade a sua questão também. E com relação ao colega da INFRAERO, agradeço. A gente tem mantido um contato com a INFRAERO, há uma preocupação grande em relação à perspectiva de expansão do aeroporto, os impactos sobre a área urbana, os colegas têm colaborado, mandado sugestões. A gente tem como aprimorar, incorporar o texto inicial, vamos analisar. Fica na questão jurídica também, às vezes o jurídico não me deixa fazer certas coisas.” A Mediadora encerrou o bloco, agradeceu a participação dos cidadãos. Ressaltou que restava trinta minutos para o término da audiência, que as inscrições já haviam sido encerradas e convidou os participantes do terceiro bloco para fazerem o uso da palavra.



Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Porto Velho – PDPM

Equipe Técnica Municipal – ETM

BLOCO III – Denivaldo Santos: “Faço parte do Conselho da Cidade, da Central dos Movimentos Populares (CMP), que trabalho junto com a pessoa do Eliel, do Coletivo Popular de Direito à Cidade. Eu queria primeiramente, agradecer de coração o trabalho que eu vi de forma muito satisfatória realmente da Equipe Técnica que faz parte da Prefeitura que ajudou a elaborar o Plano Diretor, do Instituto do IBAM. E fazer uma crítica aqui na frente, porque a questão minha, do microfone é para duas coisas principais: uma é plantar uma semente para cada um que aqui se encontra, independente do seu segmento; e a outra é registrar, já que está sendo registrado, que eu estou no Conselho da Cidade, desde três administrações atrás, desde o Roberto Sobrinho, ainda não vi prefeito algum, que tenha a visão do Plano Diretor, de merecimento que ele tem. Plano Diretor é para todos os municípios (acima) de vinte mil habitantes. Toda a cidade, Curitiba, São Paulo, Recife, não importa, tem que ter o Plano Diretor e o Município de Porto Velho não é diferente. Além de agradecer, é falar aqui, que o Prefeito que entrar próximo, este que ainda se encontra, valorize. Ainda não vi uma reunião do Conselho da Cidade com a presença de um prefeito, nem do atual, nem dos anteriores que eu participei. A pessoa do Elarrat que aqui veio, do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) que também foi do Conselho da Cidade, e também foi Secretário do Planejamento. Fez um trabalho maravilhoso na época, tentou fazer mais, mas as outras Secretarias não participaram. A pessoa da Márcia Luna também tentou fazer um trabalho maravilhoso, mas enquanto não tiver a transversalidade de todos os secretários e todas as pastas, envolvendo a infraestrutura, o transporte, a acessibilidade, a mobilidade urbana, o saneamento, nada vai sair do papel, nada vai acontecer. Tanto da parte do prefeito, como das secretarias envolvidas, tem que participar. E não é só uma pessoa ou só o Presidente do Conselho que vai fazer isso, ‘é’ todos nós, ‘é’ os servidores, é o movimento social da parte do Conselho da Cidade, é o prefeito e a sociedade em geral participando. A semente que eu ‘faço’ é essa, cada um daqui, que aqui se encontra pense bem como jovem, ou como servidor, como movimento social, do que Porto Velho precisa. É fácil saber do que Porto Velho precisa, o difícil é saber o que Porto Velho não precisa, questão estrutural, saneamento, de transporte, acessibilidade, tudo Porto Velho precisa. Porque a gente pensa muito pontual, vamos sair um pouco da nossa zona de conforto, da nossa parte do meu segmento, é importantíssimo, mas se a gente não olhar o vizinho. Não tenho que ser da Vila Princesa, para eu falar da Vila Princesa, eu não tenho que ser da área da Zona Leste, para eu falar da Zona Leste, eu não tenho que ser do outro lado do rio, para eu falar pelo outro lado do rio, da margem esquerda. Acho que basta eu ser cidadão de Porto Velho, basta eu ser morador de Porto Velho, para eu querer uma capital melhor, mais justa e mais humana para mim já é o bastante, como



Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Porto Velho – PDPM

Equipe Técnica Municipal – ETM

estudante, como movimento social, como conselheiro da cidade, não importa, basta ser cidadão. Aí a semente é essa. O prefeito atual, os próximos prefeitos, registrando agora, participem, valorizem agora o Plano Diretor, Participativo ou não, mas o Plano Diretor do Município de Porto Velho sustentável, independente da nomenclatura, o Plano Diretor é o Plano Diretor, é uma política para dez anos. Se a gente não fez nas últimas décadas o que tinha de fazer, a lição de casa, daqui para frente tem que ser feito. Queria agradecer a todos (a Mediadora interveio avisando que havia acabado o tempo de fala). É só isso mesmo, plantar a semente em cada um, como cidadão, como morador e como munícipe, e cobrar que todos, independente de sua função social ou função profissional, participe! Obrigado a todos!”. **Sr. Jorge Elarrat:** “Boa tarde a todos, meu nome é Jorge Elarrat e eu estou aqui representando o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Eu queria fazer apenas quatro apontamentos. O primeiro é com relação à questão do reordenamento territorial, para nós do Instituto é muito importante que a gente faça a regularização de algumas partes do território. Rio Pardo e União Bandeirantes precisam ser redefinidos. O artigo quarenta e dois da Lei Orgânica do Município de Porto Velho estabelece que tem que ter um plebiscito para que se possa fazer desmembramento de distritos. Então, não pode ser feito a qualquer hora, tem que ‘esperar a janela de tempo’ da eleição para governo para que se possa fazer uso das urnas eletrônicas e aí fazer o plebiscito, para a gente conseguir ter essa informação. Fora de tempo vai ficar muito caro Secretário, aí tem que aproveitar essa ‘janela’, mas é importante que a gente faça este reordenamento, para que as pessoas possam ter uma melhor representatividade dentro do território. Segundo ponto que eu queria destacar, é sobre os aglomerados subnormais, eu sei que o Henrique não gosta deste termo, mas é como no IBGE nós chamamos as partes da cidade que tem um modelo de ocupação que não é o convencional. Terrenos abaixo de trezentos metros quadrados, vias muito estreitas, é aquilo que geralmente o pessoal diz assim: ‘Olha! Isso aqui é uma ocupação irregular!’ Nós chamamos de aglomerado subnormal, esse é o nome que o IBGE dá. Então o tratamento destes aglomerados subnormais é muito importante para nós, por conta das ações que a gente tem que empreender e nos preocupa, particularmente, os aglomerados subnormais, que hoje estão dentro das APP’s (Áreas de Proteção Permanente), nas beiras de canal. A gente gostaria de ver uma solução para este processo, para facilitar o processo de controle do território por parte do IBGE. Terceiro ponto que eu quero falar, já não diz mais respeito a estes aspectos mais técnicos, é mas no sentido metodológico. Um é o seguinte, eu acho que a gente poderia ter, isso é uma sugestão, alguma coisa em termos de memória, para que a gente não perca o que foi avançado em dois mil e oito, ou seja, quais foram as questões em dois mil e oito que ficaram pendentes e a gente



Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Porto Velho – PDPM

Equipe Técnica Municipal – ETM

precisa avançar. Para a gente não construir um Plano sem olhar o que já tivemos de conquistas na versão anterior. Tem questão posta que foi boa, que a gente precisa dar só uma ‘avançadinha’ com relação a isso, para não perder o histórico e estar sempre começando do zero. E, o último ponto é, eu não sei se isso ainda é possível de ser feito, mas eu observando o folheto que nos foi distribuído, eu sugiro que seja feito um alinhamento entre as propostas que aparecem na página dezenove, aonde tem cinco pontos que foram até apresentados pela Raísa. Na página dezenove, primeiro tem aqui apenas três: reordenamento, propostas para uma cidade sustentável e instrumentos urbanísticos. Na página trinta e um são cinco, e depois na página quarenta a quarenta e três, existem vinte e oito propostas que estão relacionadas a sete fatores. Estes sete fatores não estão ligados a nenhum dos outros? A minha sugestão é de alinhar uma ‘coisa com a outra’, ‘este está dentro deste’, ‘este está dentro daquele’, tentando reagrupar para fazer sentido. Eu penso isso, porque está havendo um descompasso. Existem inclusive alguns blocos que não têm nenhuma diretriz relacionada a ele, eu cito qual. ‘Clima urbano e mudanças climáticas’ não tem nenhuma diretriz voltada a este item, enquanto tem outras como por exemplo, “Mobilidade”, que tem oito. É isso aí!”. **Sr. Luiz Nuvoa:** “Aqui não estou representando a UNIR (Universidade Federal de Rondônia), mas minha atuação pessoal como ambientalista, estudioso das questões amazônicas e contribuir para este processo. Primeiramente, parabenizando a Equipe Técnica e os representantes da sociedade civil que conduziram este processo até aqui com muitas dificuldades, com histórico de pequeno saldo organizativo em termos de direito à cidade, dos processos públicos de intervenção, no sentido de socialização do poder econômico e do poder político. Então eu acho que o projeto que nós temos em mãos, este projeto que nós construímos é um avanço importantíssimo, no qual a gente não pode ‘abrir mão’ e recuar. Neste sentido, pensando adiante pensando nas etapas seguintes, é preciso deixar bem claro que a sociedade civil é o conjunto de setores que se organizam e reivindicam a cidade, como seu objeto de transformação. E não aqueles que lucram com este objeto, que transformam a cidade numa mercadoria e querem ter seus interesses de curto prazo garantidos. É histórico e tradicional no Brasil que o poder local captura as agências de planejamento e as agências de planejamento obedecem, fazem aquilo que os interesses de curto prazo determinam. ‘Me parece’ que em Porto Velho essas expressões retornam, vai e voltam e elas retornam e o eco, e o próprio esvaziamento desta audiência, com ausência do prefeito, com ausência do setor que questionaram a condução do processo até aqui, demonstram que as expressões continuam muito vivas e que pretendem estabelecer novos retrocessos, o que não se avança em nada nessa direção numa cidade que a gente mereça. Eu acho que Porto Velho, capital de um dos estados que mais



Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Porto Velho – PDPM

Equipe Técnica Municipal – ETM

devastou a Amazônia, tinha que fazer outro exemplo, de ser um exemplo no sentido contrário, de mostrar que há outra forma de desenvolvimento amazônico, de que a cidade pode cumprir um papel de organizar e ordenar o território, de qualificar este desenvolvimento, de trazer investimentos de longo prazo e que possam de fato oferecer e estar em empregos de alto nível para a população de Porto Velho e do Estado de Rondônia. E não essa velha cantilena de que abrindo todas as oportunidades para os negócios, nós teremos benefícios, nós teremos emprego e nós temos progresso. Nós tivemos essa história com a mineração, o garimpo e o que ficou foi uma cidade de ‘terra rasgada’. Nós tivemos o ciclo das hidrelétricas e o que ficou foi o bagaço de uma cidade, com a disposição dos empreendimentos sem cobrar nenhuma contrapartida, sem exigir nenhuma contrapartida, sem fazer nenhum planejamento mais modernizado que deixasse que os saldos deste processo de extração de riqueza em larga escala. E agora querem apontar na mesma direção, Porto Velho pode ser um canal de escoamento logístico para o soja, para outros empreendimentos pulverizados junto com a questão logística, e é preciso então, abrir, facilitar, flexibilizar, como se isso garantisse investimentos. Olha! Pode garantir investimentos a curtíssimo prazo, não é nenhuma garantia de que isso possa se reverter, se enraizar, se capilarizar, se encadear e fazer com que a cidade possa de fato encontrar o seu destino. O que a gente está propondo, o que a Equipe Técnica, felizmente, encontrou como rumo, como caminho, como roteiro, itinerário, é um projeto que recoloca a cidade numa posição de fazer da Amazônia, de fazer da floresta, de fazer da cultura regional a sua fonte de riqueza, inesgotável, infinita (a Mediadora solicita que ele conclua), fontes que não tem término e que podem ser eternamente renovadas, e portanto, realimentadas, se a gente tiver uma cidade preparada uma equipe técnica na Prefeitura preparada, uma Universidade também voltada para isso, e aqui punho minha ‘mão’ nos colegas que não participam, que certamente terão meu estímulo, para que possamos contribuir para que esse Plano Diretor possa sim ser implementado e regulamentado nos próximos meses. Obrigado!”. **Sr. André Karipuna:** “Boa tarde a todos e a todas! Para quem não me conhece, sou André Karipuna. Sou liderança do meu povo Karipuna. Desde quando esse Plano Diretor, sempre a Prefeitura, o Estado, muitas das vezes, toda reunião quando fala de meio ambiente, essas coisas climáticas, sempre eles excluem nós povos indígenas também estamos na cidade. Voltando a fala do Sr. (se referindo ao Sr. Luiz Nuvoa), Porto Velho é um dos lugares que mais vem destruindo a natureza, devido às usinas hidrelétricas que ‘chegou’. Eu vejo assim que teve muita mudança, sobre Jaci, derrubou muito a natureza e ficou totalmente destruída a natureza, também modificou muito rio, a diferença é que quem fica na pior, somos nós rondonienses, enquanto a usina está recebendo milhões, a energia está cara e quem é que



Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Porto Velho – PDPM

Equipe Técnica Municipal – ETM

sofre aqui? Então quem fica aqui, cria um projeto tão grande, diz que vai gerar renda, vai gerar emprego. Sim, gera. Mas não fica ‘pra si’, a usina fica ‘pra si’, ‘os pessoal’ que estavam aí, já foram. Então vejo assim que devemos olhar mais para o futuro, não agora, porque nós estamos aqui agora e daqui uns dias não estamos aqui, vejo como está o clima já hoje. O clima já está quente demais. Rondônia é o lugar mais quente ou Manaus, eu não sei. A diferença que eu vejo. E voltando um pouquinho na Estrada de Ferro que a ‘parenta’ falou, a Márcia Mura ali, um dos problemas que teve muito tempo atrás, foi do meu povo, que teve essa Estrada de Ferro, que centenas do meu povo morreu quase tudo. Eu ‘tô’ aqui agora. Isso muito tempo atrás, então eles colocam uma história tão bonita ali na Estrada de Ferro, ‘aquela coisa toda’, aconteceu tudo isso. Eu sou a prova de que a maioria dos meus parentes foram massacrados, mortos, no tempo da Estrada de Ferro ali. Não sei se vocês já ouviram aquela que passou, a tal de ‘Mad Maria’, uma ‘coisa assim que teve’. Sim, aquilo dali foi só uma história e ainda foi totalmente diferente de como foi vista ali. Não foi só um índio, foram mais índios, muita gente. Só isso que eu tenho (a falar). Para ver se a Prefeitura, o Estado, sempre, todas as vezes, que tem uma reunião, aproxima mais a gente, e quando fala de meio ambiente, nós também somos defensores da Amazônia, somos povos indígenas, defensor da Amazônia, defensor da natureza e estamos aqui só para lembrar um pouco ‘os pessoal’ aí”. **Sr. Giovane Vasconcelos** (representante da Comunidade Surda, que fez sua intervenção por meio da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, que foi traduzida no microfone simultaneamente pelo intérprete Emanuel Vitor do Nascimento Araújo: “Boa tarde a todos vocês, tá bom?! Os representantes da Prefeitura, ao Secretário, agradeço presença de todos, aos intérpretes também, sou muito grato. Antes nós sentimos essa barreira, porque viemos a um evento e pedimos para cancelar porque nós não tínhamos um intérprete, agradeço a coordenação por atender o nosso pedido. O que eu vim pedir com relação ao que tem falando, é sobre a ‘Praça do Baú’, porque lá está muito sujo, parece que o lugar está realmente abandonado, os bancos estão todos quebrados, estão velhos, a iluminação lá é precária. Sempre tem ‘vagabundo’, que passa por lá, à noite é muito perigoso. Nós queremos, é que seja feita uma revitalização ali, que seja reformada e que construa algo para evitar também assaltos, porque às vezes a Comunidade Surda, nós nos reunimos lá, sofremos às vezes, porque é perigoso e queremos uma fiscalização melhor, nos preocupamos, porque é ruim, é estranho. Quando vem de outro município ou outro surdo que vem para cá, anda pelo Shopping, vai a alguns lugares, mas ali na Praça que é o ponto histórico, é abandonado, é um descaso. Nós vamos para lá, as pessoas comem, jogam lixo no chão e não tem acessibilidade para as pessoas com deficiência, os cadeirantes são muito prejudicados por isso. Durante o dia, é horrível também o sol



Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Porto Velho – PDPM

Equipe Técnica Municipal – ETM

ali. Também os lanches já estão velhos, os banheiros ficam fechados. Por exemplo, tem alguns prédios particulares em volta, tem banheiro. Mas lá na Praça não tem e nós já vimos, já cobramos e às vezes nos desprezam. Não dão a atenção necessária. Também com relação à Escola Bilíngue, são seis anos, e pagaram aluguel e não tinha como ter a educação das crianças. O Professor Alisson, a Professora Cátia, Viviane, todos eles ali na Escola Bilíngue, professores surdos que estão ali pagando aluguel, ajudando e como que é? Nós queremos que toda a comunidade nos apoie, vão lá ver, nos ajudem, para que podemos ter um terreno, para poder construir a Escola Bilíngue, para que isso possa continuar a ter a educação dos surdos. Por exemplo, temos a escola, uma escola inclusiva que tinha crianças com Síndrome de *Dawn*, cadeirantes, com outras deficiências, só que o surdo ali não tem a atenção que ele precisa. Sofre, é muito prejudicado, as crianças têm um atraso muito grande. E, fora isso que você falou, complementa em relação aos grupos indígenas, próximo também, ‘tá tudo velho’, tudo abandonado, tudo sujo, tudo velho e falta realmente essa cobrança que nós estamos fazendo, não tem a atenção necessária, ‘tá’ tudo bagunçado, nunca teve nesses anos todos até agora. E, o governo, a Prefeitura precisa ter realmente nos apoiar e que tenha uma atenção devida aos nossos pedidos. É isso!”. Posteriormente, a Mediadora mencionou que o tempo para intervenções estava finalizando, mas que daria a oportunidade para mais dois inscritos se manifestarem, e na sequência, passaria a palavra aos Representantes da ETM e do IBAM para responderem aos questionamentos e fazer as devidas colocações. **Sra. Valdirene de Oliveira:** “Boa tarde a todos! ‘Me chamo’ Valdirene, sou do Coletivo Popular do Direito à Cidade, moro aqui em Porto Velho há quinze anos. Eu quero chamar atenção aqui nesta audiência sobre um fator que eu acho demasiadamente importante, que quase sempre não é lembrado e neste processo de implementação do Plano, para mim, é fundamental. Que é a questão da gestão. A gestão democrática da cidade, que envolve não só o ente público, mas a sociedade civil organizada, envolve todos nós. Neste ponto da gestão democrática da cidade, os princípios da gestão ‘te garante’ inclusive, a eficiência da implementação do Plano, porque quando a gente tem uma boa gestão, a gente vê as coisas acontecerem. Quando a gente não tem, basta olhar como está o município de Porto Velho, que a gente já tem a resposta. Então eu chamo atenção para três pontos. Primeiro ponto, dentro do processo de modernização proposto aqui pela revisão do Plano, está assegurada a criação de um comitê de acompanhamento da implementação do Plano, que eu já vejo assim, que foi uma coisa importantíssima destacada pela Equipe Técnica e pelo IBAM. Que é garantir um grupo, comitê. Apesar de que este comitê é composto só por instituições públicas, mas há uma preocupação de ter um comitê, que vá fazer a gestão, o acompanhamento, para que, de fato, o nosso



Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Porto Velho – PDPM

Equipe Técnica Municipal – ETM

Plano Diretor, deixe de ser um enfeite e passe a ser algo concreto. Então, eu acho que isso tem que ser, Henrique, de fato garantido, assegurado, a existência deste comitê, mas que não fique somente atribuído ao poder público essa gestão. E, aí eu faço uma provocação para as instituições da sociedade civil que estão aqui representadas, que eu acho que é fundamental, que a sociedade civil organizada, por outro lado, também se organize, na qualidade de comitê, de uma comissão, de um fórum amplo. Como representatividade dos diversos setores, para que a gente também possa fazer o acompanhamento, o processo de avaliação de implementação do Plano, ser inclusive propositivo, atuar como instância propositiva, avaliativa e a gente possa realizar essa monitoria, a fiscalização para que as ações, de fato, aconteçam. Para mim, gestão é uma palavrinha pequena, mas que tem muito efeito. Ela só acontece se houver realmente, o princípio da gestão democrática da cidade. E aí também o outro ponto que eu acho importante neste princípio, é a questão do Conselho, do CONCIDADE. CONCIDADE nesta revisão, ele vem com uma proposta também de reestruturação, de revisão. Aí, o espaço do Conselho que é um espaço onde une a sociedade civil e o poder público, ela precisa estar melhor representada. Quando eu falo melhor representada, é no sentido de garantir as diversas representatividades dos diversos segmentos, que é a diversidade da nossa cidade de Porto Velho nos ‘põe’, nos ‘põe’ no nosso dia a dia. Nós temos aqui grupos representativos indígenas, ribeirinhos, de terreiros e nós temos os distritos, que dentro dessa revisão do Plano, tem se pensado uma forma de garantir que os distritos tenham ali uma extensão do Conselho para atuar. Eu não posso falar pelo distrito de União Bandeirantes, muito menos pelo de Rio Pardo, que eu não sou de lá. Tão pouco tenho condições de falar por alguém da área ribeirinha, porque também não sou de lá, mas a gente precisa ter dentro do Conselho, dentro do CONCIDADE, essas diversas representações, esses diversos segmentos representados para que eles possam contribuir nessa implementação, nessa fiscalização das ações que estão previstas dentro do Plano. Obrigada!” **Sra. Ieda dos Santos Nascimento:** “Boa tarde a todos! Eu sou Ieda, presidente do Bairro Cascalleira, Associação de moradores Nova Conquista (ASMONC). Eu estou aqui para falar sobre a regularização fundiária, mais uma vez. Porque vocês sabem que em Porto Velho ‘quase’ grande parte é ocupação. Então a grande maioria da cidade não é regularizada. E, nós defendemos muito dessas regularizações, para poder dar andamento nas nossas áreas, ter o documento em mãos. Então é algo muito preocupante dos moradores em todas as áreas, nas áreas que são perto da União, do município, em áreas particulares. São muitos ocupantes, então a gente precisa fazer essa regularização fundiária, ser mais ‘claros com nós’ presidentes de bairros, que nós ‘corremos atrás’ para fazer essas regularizações. Eu mesma estou desde dois mil e dezessete dentro da SEMUR,



Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Porto Velho – PDPM

Equipe Técnica Municipal – ETM

tentando fazer a regularização das áreas lá do Bairro Cascalheira e não tem clareza comigo, não esclarecem coisas para a gente ficar sabendo de fato o andamento do processo. Então, eu gostaria que neste Plano Diretor, eu não sei como que está, eu não estou muito por dentro, mas que fosse mais claro sobre essas regularizações urbanas dentro da nossa cidade de Porto Velho. Então, para nós, é muito importante isso. Não só a continuação igual fazem nos distritos, mas como se fosse aqui dentro da área urbana, que é a nossa Porto Velho, que é importante para nós moradores de ocupação. Então a gente precisa muito dessa segurança, que a Secretaria que é a SEMUR, que é responsável pela regularização fundiária, que esteja mais clara ‘com nós’ presidentes sobre essa parte de regularização fundiária. Muito obrigada!”. A Mediadora comunicou que foram encerradas as falas das pessoas que estavam inscritas e que tiveram nove perguntas por escritos. Ela mencionou que três delas foram feitas pelo Sr. Jorge Elarrat que foram contempladas na sua fala. Em relação à pergunta da Sra. Rosália, também foi contemplada na fala e no momento da leitura, ela já não estava mais presente. Prosseguiu questionando o público se a **Sra. Naiane Siqueira** se encontrava, ela se manifestou e a Mediadora leu sua manifestação: “A Naiane do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CMDPD), colocou: ‘A modernização da cidade inclui a inclusão e acessibilidade para as pessoas com deficiências e os idosos? De que forma o Conselho Municipal da Cidade trabalha no Plano Diretor em prol de tal inclusão?”. Na sequência, a Mediadora se certificou se a **Sra. Flaiza Fidalgo** (do Bairro Nova Porto Velho) estava presente e fez a leitura das suas perguntas: “O fato de que não seja considerado a expansão na margem esquerda do Rio Madeira, não é negligenciar a ocupação desordenada, criando maiores problemas futuros? Não seria melhor considerar a ocupação e fazê-la ordenada? O problema pode ser evitado. Não poderia ser explanado com maiores detalhes os procedimentos que serão prioridades no novo Plano Diretor? Não poderia ser divulgado as ações antes da concretização do Plano?”. Dando prosseguimento, a Mediadora também se certificou se o **Sr. Luiz Carlos Ferreira Neves** da Cooperativa de Reciclagem Catanorte estava presente e fez a leitura da sua pergunta: “Neste Plano Diretor está contemplado a coleta seletiva solidária com a participação dos catadores de materiais recicláveis? Já que existem três empreendimentos econômicos no município de Porto Velho”. A Mediadora certificou a presença do **Sr. Moisés T. Araújo**, morador do Bairro Nacional e fez a leitura da sua pergunta: “Assunto regularização fundiária. Proposta de alteração da lei que trata sobre o quantitativo de servidores, ex.: topógrafos e outros para o fortalecimento das ações de levantamento de campo e produção de peças técnicas de áreas particulares e públicas. Visando atender as demandas do departamento de gestão de políticas fundiárias, na capital e nos distritos.



Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Porto Velho – PDPM

Equipe Técnica Municipal – ETM

Resolução na demora do processo de levantamento físico fundiária pela grande expansão. Atualmente temos dois topógrafos para milhares de imóveis”. A Mediadora passou a palavra para os Representantes da ETM e para o Representante do IBAM. **O Representante da ETM** disse que iniciaria pela intervenção da Dona Ieda e faria três comentários: “Dona Ieda está sempre com a gente lá na SEMUR, ‘né’ Dona Ieda? E a situação que ocorre é a seguinte: Porto Velho, como foi dito, ela foi conformada baseada na informalidade. Motivo pelo qual a gente tem um passivo de áreas informais, núcleos urbanos informais, que é de difícil reversão. Isso exige tempo, estrutura, enfim, uma série de fatores e regulamentação. Sobre o aspecto de regulamentação, isso está sendo plenamente contemplada neste processo de revisão. Quer dizer, houve, a gente já conversou a respeito disso, houve a instituição de um novo marco legal em dois mil e dezessete, que é a lei treze mil, quatro meia cinco, que estabelece a regularização fundiária em esfera nacional, sobre como os núcleos urbanos informais que deviam ser regularizados. Este documento que está sendo incorporado dentro de uma legislação específica atualmente na prefeitura e essa proposta também foi para ‘dentro’ do produto do Plano Diretor, que também será incorporado por ele. Então em termos de documento legal, essas são as medidas que estão sendo tomadas. Com relação a processos específicos dentro da SEMUR, aqui a gente está com o Secretário Gustavo que pode depois explanar para você melhor, particularmente, mas a gente tem um cronograma de ação e esse cronograma tem que ser cumprido. Por a gente ter este grande passivo, a gente tem que cumprir este cronograma e com certeza, o ‘seu’ pode estar lá. A gente tem que ver a situação, mas pode estar lá. Sobre a expansão da margem esquerda, a gente tem um planejamento urbano que foi construído desde os anos setenta aqui em Porto Velho na margem direita, e nunca vigorou do jeito que foi determinado, ou seja, a questão do planejamento não define a organização do território. Ela condiciona, mas ela não define, se você não tiver uma estrutura fiscalizatória, se você não tiver um fluxo contínuo do poder público, isso não vai garantir, a mera regulamentação de uma área organizada na margem esquerda, não vai garantir essa ocupação urbana na margem esquerda. E com relação ao Giovane, que perguntou a respeito, que falou a respeito da Praça do Baú. Eu acho que um avanço que está sendo colocando nesta revisão do Plano Diretor, é tratar esses espaços públicos, não só como espaços residuais de loteamentos, de parcelamento do solo urbano, mas como sistemas, que estarão articulados não só entre as áreas públicas, mas às áreas verdes também. Então existe um grande avanço neste sentido, com relação à qualificação destes espaços.”.

Representante do IBAM: “Em relação às considerações do Elarrat, passamos para a questão dos distritos, mas realmente entendemos que não era no Plano Diretor que essa discussão de redefinição



Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Porto Velho – PDPM

Equipe Técnica Municipal – ETM

deveria se dar. No Plano está se chamando a atenção, tratando especificamente, do que está sendo chamados núcleos urbanos aí dos diversos distritos. Então, eu concordo com ele, o momento é posterior. De fato não gosto do nome aglomerados subnormais, mas a informação produzida pelo IBGE sobre aglomerados subnormais é uma informação importante para o planejamento municipal. Eu não sei se ainda há tempo, pelo visto aí o censo de dois mil e vinte, provavelmente não dá mais tempo de nada, infelizmente, se tiver o censo, já poderemos ter razão para comemorar, mas o próximo passo seria ver se o IBGE e a Prefeitura consigam ‘casar’ as delimitações de aglomerados subnormais com as delimitações de ZEIS de urbanização, de regularização, que é uma das categorias de ZEIS que está ‘lá’. É importante porque produz uma informação relevante para o planejamento municipal. Então isso aí é um trabalho para frente. A questão da memória acho importante também que é produzido e neste sentido tenho que dizer, que a prefeitura de Porto Velho, tem já uma tradição, de produzir nos seus processos de planejamento do Plano Diretor, produzir publicações e guardar os estudos que levaram aos planos, e é uma das perspectivas aqui da ETM, conseguir que os estudos todos e os produtos parciais continuem acessíveis para frente, porque neles estão informações importantes para o planejamento também e para entendimento do próprio Plano Diretor. Queria parabenizar à organização do evento por ter viabilizado a tradução de LIBRAS. De fato é uma coisa que me tocou, porque eu participo de muitas audiências públicas de plano diretor em vários lugares do Brasil e jamais vi. Então primeira vez que eu vejo conseguir viabilizar. Entendi que foi a partir de uma reivindicação de uma outra reunião, que inclusive levou a não se realizar a reunião, mas acho que foi importante, foi um marco importante. Acho que a Prefeitura se mobilizou e espero que se consiga em outros momentos. A preocupação que o colega coloca, ela está expressa, não especificamente da praça que ele cita, mas tem uma grande preocupação no trabalho, no Plano Diretor da qualificação dos espaços urbanos, dos espaços públicos, das áreas verdes. Isso é uma questão que nos parece absurdamente central, para Porto Velho, para qualidade urbana e ambiental dessa cidade. Seja maior, seja uma cidade melhor de se viver, de se usar a cidade, para isso tem várias e várias diretrizes de orientações, de recomendações com essa preocupação, que tem a ver também com toda a discussão da acessibilidade mais ampla que envolve toda a questão das pessoas com dificuldades de mobilidade, com restrições. E, isso permeia não só a diretriz de qualificação do espaço urbano, mas uma série de critérios construtivos que estão previstos na Lei de Parcelamento, na Lei de Uso e Ocupação do solo e na Lei do Código de Obras. Estão vários e vários critérios que estão sendo preconizados, justamente, para atender a essa disposição, a esse desejo de uma cidade mais acessível possível (a Mediadora interveio



Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Porto Velho – PDPM

Equipe Técnica Municipal – ETM

solicitando que ele concluísse a fala). Valdirene acho que colocou uma questão central, estamos encerrando o Plano, vai ser aprovado o Plano Diretor, com os avanços que a gente conseguiu construir, eventualmente ainda com alguma discussão na Câmara etc., mas a gestão é fundamental! Então o Plano sinaliza isso. Que tem que organizar a gestão. Pode ter um Plano espetacular, mas se não tiver organização da gestão, se não tiver a gestão cotidiana, que envolve tanto os técnicos municipais, como gestores e a sociedade civil, alguns avanços aqui (não) poderão ser concretizados efetivamente (a Mediadora solicitou novamente a ele para concluir a fala). Então acho que é isso! Obrigado!”. A Mediadora agradeceu a todos, disse que estava concluído o momento do debate, passou a palavra ao Mestre de Cerimônia da Prefeitura, e desculpou-se caso tenha parecido muito rigorosa quanto ao tempo, mas ressaltou que era para que fosse cumprido o horário. O Mestre de Cerimônia registrou a presença do Sr. Guilherme Erse da OAB e passou a palavra a ele. **Sr. Guilherme Erse:** “Obrigado! Boa tarde a todos! Apenas para registro, não falo em nome da Ordem. Neste momento vim como cidadão para participar desta importante etapa da discussão do futuro da nossa cidade. E, gostaria de consignar apenas algumas sugestões aqui a todo corpo que compreende este importante trabalho. Alguns do que me antecederam falaram com muita propriedade sobre a questão de regularização fundiária na nossa cidade. E, olha quem conhece bem Porto Velho, sabe da nossa história fundada em invasões, em assentamentos, em ocupações, de forma desordenada, onde apenas muito tempo depois o poder público consegue chegar com suas ferramentas de água, energia, pavimentação, escolas, creches. E as pessoas que hoje estão em áreas deste tipo, passam por verdadeiros calvários, primeiro em busca de uma emenda para conseguir adquirir a área de um particular, depois que consegue isso a sua regularização fundiária através do município, quando é do município, ou da União quando é da União. Enfim! Porto Velho precisa ‘olhar’ antes do seu amanhã, do seu futuro, para os seus problemas de hoje. E, grande parte do nosso território está fundado em propriedades onde o dono, não é dono. Onde o dono não tem o documento, onde o dono não tem uma garantia, um direito de herança, não pode passar para o seu próximo, para o seu filho, etc. De mesma forma, a nossa observação em relação ao lado de lá do Rio. Gente! A gente precisa ser prático nas coisas ‘ao meu sentir’. E há alguns apaixonados que imaginam que ‘não, lá nós temos que guardar, não pode ocupar’. Atravesse a ponte e vá lá ver, o tanto de gente que já tem lá. A questão é se nós vamos ordenar esta ocupação ou não. ‘Tá lá’, basta ver! O que queremos para o futuro do lado de lá do Rio? O que foi Porto Velho na década de oitenta? Caladinho hoje é Caladinho. Há trinta anos atrás era um nada. Entendeu? Então a gente precisa olhar para o lado de lá com um olhar de progresso, com um olhar de planejamento, entendeu? Para que as pessoas que



Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Porto Velho – PDPM

Equipe Técnica Municipal – ETM

estão lá tenham condições de morar numa cidade melhor. Faço também uma observação aqui à carta geográfica, não sei se é exatamente este o nome, mas a foto (neste momento, a plateia se manifesta se questionando se o que ele estava falando era contribuição e refutando a proposta em relação à ocupação da margem esquerda do Rio Madeira). Posso concluir ou não?”. O Mestre de Cerimônia interveio, se dirigindo a plateia que ele concluísse a fala. “Aqui é o lugar que eu respeito sua opinião, estou dando a minha também, a gente continua (a plateia se manifestou dizendo que o prazo de inscrição já havia acabado). Perfeito! Bom! Me convidaram para falar, se houver algum problema com a minha fala. A gente tem que respeitar o plural senhores, vamos aprender a ouvir um lado e o outro, não problema nisso. Essa incompreensão é que precisa ser desmistificada, cada um pensa de um jeito. Finalmente falar dos nossos distritos, esquecidos e muitas vezes renegados. Onde estão uma potência de agroindústria, uma potência do nosso pequeno produtor e precisa também de uma visão fraterna do poder público com relação a desenvolvimento. E a nossa carta geográfica de Porto Velho desatualizada, o que enseja, setenta e cinco por cento das ações propostas de cobrança de IPTU de Porto Velho, são arquivadas porque o município não detém sequer o endereço das pessoas que está se tentando cobrar o tributo. Então, para gente falar do amanhã, a gente tem que falar do hoje e corrigir muita coisa que precisa ser corrigida. Muito obrigado!”. O Mestre de Cerimônia agradeceu a participação do Sr. Guilherme Erse e convidou o Secretário José Cantídio Pinto para fazer uma fala de encerramento do evento. Porém a **Sra. Márcia Mura** se manifestou na plateia dizendo: “Antes da fala ser dada às autoridades, acho que é importante esclarecer que não é uma questão de desrespeito da fala do outro não. É que a fala da pessoa que acabou de falar, é uma fala governamental e ele está trazendo visões que contradizem toda a discussão que vem sendo feita no processo de revisão deste Plano, certo? Porque não é do nosso entendimento, das populações tradicionais, indígenas, de que o progresso vai nos dar qualidade de vida e que seja a melhor coisa olhar para o outro lado do Rio não. Se é para fazer essa fala, então a gente pede aqui para fazer tudo de novo, porque nós não ficamos aqui para legitimar esse tipo de fala não”.

7. Encerramento: O Secretário José Pinto Cantídio tomou a palavra, agradeceu a presença de todos que compareceram a audiência pública, dizendo que é da maior importância para o município de Porto Velho. Ele enfatizou a relevância do Plano Diretor, mencionando que ano que vem é período eleitoral e que “nós”, a sociedade como um todo, precisa impelir os candidatos a desenvolverem seus planos de governo com base nesta Lei, a qual representa a “cara” de Porto Velho e que foi construído coletivamente. Salientou que é necessário melhorar a gestão, reforçando algumas falas que foram feitas na audiência neste sentido, e disse que para isso acontecer, é fundamental a





Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Porto Velho – PDPM

Equipe Técnica Municipal – ETM

participação da população, pois quando não há esse acompanhamento por parte da sociedade, os gestores fazem o que eles bem entendem. Reforçou que após a aprovação do Plano Diretor, o trabalho em conjunto da sociedade, ETM e CONCIDADE continuam para implementação e acompanhamento do Plano Diretor, para que os gestores dirijam suas administrações em sintonia com o que foi acordado e tratado nesta Lei. Disse que o trabalho prossegue, pois o planejamento é algo contínuo, se colocou à disposição de todos enquanto Secretaria Municipal de Planejamento Orçamento e Gestão (SEMPOG) e devolveu a palavra ao Mestre de cerimônia. O Mestre de cerimônia agradeceu a ETM, a presença de toda sociedade, dos consultores do IBAM, os secretários, as autoridades e dos intérpretes. Na sequência, disse que finalizados os debates, encerramos a audiência e posteriormente será lavrada ata e publicada no endereço <https://planodiretor.portovelho.ro.gov.br/>. Ele falou que o processo de revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Porto Velho terá prosseguimento com o reagendamento do Fórum de Eleição de Delegados para a Conferência e da Conferência da Revisão do Plano Diretor. O Mestre de cerimônia mencionou que quaisquer dúvidas, colocações ou solicitação de informações podem ser feitas diretamente na SEMPOG ou pelo endereço eletrônico: planodiretorpvh2018@gmail.com e encerrou a audiência pública. Eu, Camila Fávero Loss, *Camila Fávero Loss* servidora do Município de Porto Velho, atuo e lavro esta Ata. Porto Velho, 26 de junho de 2019.

Encaminhamentos: - O Sr. Ocelio Muniz (MAB) leu uma nota pública para o Prefeito Hildon Chaves, que várias organizações e movimentos fizeram a partir do adiamento da Conferência, a qual foi intitulada “A Cidade é um negócio. Para o povo, a Cidade é um direito. Um Plano Diretor justo, inclusivo, sustentável e democrático”. No documento foi solicitado que toda a Equipe Técnica, conselheiros do Conselho da Cidade e agentes da sociedade civil organizada, acompanhem e intervenham em possíveis “golpes” nas citadas legislações advindos dos setores econômicos. Além disso, foram feitas as seguintes contribuições: para que a Prefeitura possa se colocar ‘à altura’ das novas legislações advindas da revisão do Plano Diretor, é urgente a capacitação do seu quadro técnico, estruturação das Secretarias Municipais e investimentos em sistemas de informação e tecnologias modernas essenciais ao planejamento territorial, indicados na estratégia “Modernização da gestão urbana”. É urgente criar uma cultura de implementação do Plano Diretor, com monitoramento técnico da Prefeitura e acompanhamento do controle social do Conselho Municipal da Cidade e da sociedade civil organizada, por meio de fóruns coletivos e específicos. É urgente a aplicação dos instrumentos urbanísticos e jurídicos do Plano Diretor e das legislações urbanísticas complementares, particularmente, a Outorga Onerosa do Direito de Construir, o Estudo do Impacto



Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Porto Velho – PDPM

Equipe Técnica Municipal – ETM

de Vizinhança, as Zonas Especiais de Interesse Social, o IPTU Progressivo no tempo. Foi mencionada a necessidade de uma cultura de justa participação das crianças, jovens e adultos para implementação do Plano Diretor e das legislações complementares, com acessibilidade, com agentes capacitados para essas finalidades, com materiais didáticos, visuais e audiovisuais. Intercâmbio e conhecimento de diversos lugares do Município e a promoção de um grande momento de avaliação e análise de implementação do Plano Diretor, que será a Conferência de dois em dois anos, em que todos terão a oportunidade de acompanhar os avanços e as dificuldades que deverão ser enfrentadas no decorrer da concretização do Plano Diretor Participativo. Em retorno, a Representante da ETM, Arquiteta Raísa, disse que estava recebendo oficialmente a nota pública, que seria inserida na ata e que seria encaminhada aos gestores e ao Chefe do Executivo.

– A Sra. Rosália (UEMP) questionou sobre as diretrizes e os termos utilizados para se chegar ao número de metros quadrados de vazios urbanos. Questionou sobre elaboração dos outros planos, propôs a transformação dos bairros periféricos em bairros inteligentes, solicitou que o aterro sanitário estivesse contemplado no Plano e pronto, solicitou melhorias no transporte da zona rural e que fosse realizada uma prestação de contas do dinheiro arrecadado pelo Prefeitura e dos investimentos nas implementações do Plano Diretor. Em resposta, o Representante do IBAM, Arquiteto Henrique falou que quanto aos vazios tem um problema de não ter uma base cartográfica atualizada do Município, da Cidade, da área urbana. Ele explicou que foi feito um levantamento, naquela área mais central, por análise de imagens e levantamento de campo e com essas informações chegou-se a esse número estimado, número de referência, mas já bastante significativo, mesmo numa área que é mais consolidada. Segundo ele, foi suficiente para crer que Porto Velho tem capacidade de abrigar seu crescimento populacional dos próximos anos, seguramente nos próximos dez anos, na área onde ela já está urbanizada.

– A Sra. Márcia Mura (Coletivo Mura e Instituto Madeira Vivo) solicitou que o Plano Diretor contemplasse a presença da diversidade indígena que habita Porto Velho por meio da demarcação de áreas de interesse indígena na Cidade de Porto Velho. Ressaltou seu posicionamento sobre a invisibilidade dos povos indígenas na cidade de Porto Velho. Citou como exemplo a cidade de Manaus, que possui espaços para os indígenas serem valorizados e se apresentarem dentro de sua diversidade, e que espaços como estes, para manifestação materializada da diversidade e diferença cultural indígenas eram necessários em Porto Velho. Sugeriu também que fosse feito um memorial na Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, mencionando quantos indígenas morreram ali e que povos são originários daquele lugar. Em relação a questão indígena, o Representante do IBAM, Arquiteto



Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Porto Velho – PDPM

Equipe Técnica Municipal – ETM

Henrique disse que no macrozoneamento, em especial na macrozona de valorização da sociobiodiversidade, há a demarcação de grande área do município para diferentes comunidades, diferentes formas de morar, vários grupos sociais, que são importantes em si mesmos e são importantes no seu papel de preservação da floresta. Falou também das áreas especiais de interesse sociocultural, que é uma figura de reconhecimento, de grupos sociais, das comunidades tradicionais, áreas indígenas, de comunidades ribeirinhas. Ele ressaltou com esta figura, que o próprio Município pode “lançar mão” e reconhecer no seu território onde essas comunidades estão instaladas. Falou que o Plano incorpora necessidade de um olhar para as comunidades tradicionais e isso tem repercussão na área urbana, em nível de diretrizes. A Sra. Márcia Mura fez sua réplica, dizendo que está reivindicando que sejam criadas estratégias para a Cidade de Porto Velho para que a presença indígena saia da invisibilidade. Falou a respeito da cartografia oficial que nem menciona que ancestralmente Porto Velho é território Mura e que é preciso rever a questão da Ferrovia Madeira-Mamoré, onde há predominância da história oficial. Explicou que é necessário criar espaços onde a diversidade indígena possa manifestar seu o seu patrimônio vivo, cultural, presente e vivo aqui na Cidade. O Representante do IBAM, Arquiteto Henrique disse que o que ela está falando está contemplado no trabalho, mas que talvez não tenha alcançado plenamente a expectativa e a convidou para tentar aprimorar essa questão na Plano Diretor nessa fase final.

– O Sr. Estephaneu (Cenarab) questionou sobre a demarcação dos templos sagrados de cultura negra no Plano Diretor e ressaltou que o Cemitério da Candelária também é um patrimônio negro, africano. Fez menção às precárias condições do Bairro do Triângulo, onde segundo ele “nasceu tudo, praticamente tudo, ‘tá’ abandonado há doze anos e ninguém faz nada por isso”. Também falou sobre as compensações das Hidrelétricas de Samuel e Jirau que, de acordo com ele, ficaram de reunir os representantes de terreiro e de indígenas para a construção de um templo sagrado.

– O Sr. Divorzi Xavier (Associação de Moradores da Vila Princesa) agradeceu a todos, disse que acompanhou o processo de revisão do Plano Diretor como integrante do CONCIDADE. Enfatizou que sua comunidade era esquecida, mas que houve atividades do Plano Diretor lá e convocou a todos os presentes a participarem mais e serem fiscalizadores do novo Plano Diretor. Em relação ao aterro sanitário, reivindicou a reintegração dos catadores de materiais recicláveis. Reforçou a regularização fundiária da Vila Princesa e sugeriu às emissoras de tv locais que façam campanhas de educação ambiental.

– A Sra. Mariane Motta (Coletivo Popular do Direito à Cidade) endossou a nota pública lida na audiência. Enfatizou que é importante que se pense com responsabilidade o Município,



Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Porto Velho – PDPM

Equipe Técnica Municipal – ETM

principalmente em relação a expansão urbana e expansão da margem esquerda do Rio Madeira. Neste sentido, o Representante do IBAM, Arquiteto Henrique esclareceu que a proposta atual é de consagrar o que já está no Plano Diretor de dois mil e oito, que é a margem esquerda não ser entendida e demarcada como perímetro urbano. E quanto à expansão de modo geral, ele ressaltou que está sendo proposto a redução do perímetro urbano mesmo na área já consolidada da Cidade, com a responsabilidade e a tranquilidade de que a área deste perímetro, permita o desenvolvimento da cidade e algumas frentes de expansão, porém de forma mais contida.

– O Sr. Sirlei agradeceu a todo corpo técnico pela consideração do setor chacareiro no macrozoneamento e ressaltou a importância deste setor como potencial setor primário para o Município.

– A Irmã Elizabeth de Fátima Nascifco (Pastorais Sociais) solicitou que o Plano Diretor contemplasse a questão do saneamento básico, que este desafio fosse realmente concretizado e questionou como que se tem voltado às questões de território relacionadas à demarcação de terra das comunidades tradicionais (indígenas, ribeirinhos e pequenos proprietários).

– A Sra. Marlene Souza Monteiro (Reata) solicitou que os povos de terreiro tivessem uma pequena parte de território na Zona Beira Rio para suas manifestações religiosas. Também questionou a ausência do Prefeito, dos Deputados e políticos em geral na audiência. Em retorno a essa intervenção, o Representante do IBAM, Arquiteto Henrique, disse que a Sra. Marlene tocou em alguns pontos que talvez tenham “algum abrigo” em algumas das diretrizes, disse que vai procurar tratar com atenção este assunto, para tentar dar maior visibilidade a essa questão no Plano Diretor.

– O Sr. Ari Junior (INFRAERO) fez contribuições quanto à minuta da Lei de Uso e Ocupação do Solo, no que se refere à área de influência do aeroporto, no artigo trinta e nove. O Representante do IBAM, Arquiteto Henrique, disse que tem se mantido contato com a INFRAERO no processo de revisão do Plano Diretor e quanto às contribuições, elas serão analisadas, para ver o que se pode aprimorar e/ou incorporar na redação da Lei.

– O Sr. Denivaldo Santos (CONCIDADE e CMP) agradeceu o trabalho da Equipe Técnica e do IBAM. Disse que acompanha três administrações pelo CONCIDADE e ainda não viu nenhum prefeito que dê o devido valor ao Plano Diretor, e ressaltou para o próximo prefeito e as secretarias devam valorizar esta Lei. Também convidou a todos os presentes, a toda a população a participar mais ativamente da implementação do Plano Diretor.

– O Sr. Jorge Elarrat falou a respeito do reordenamento territorial, em especial de União Bandeirantes e Rio Pardo. Salientou que para que seja feito o desmembramento de distritos é



Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Porto Velho – PDPM

Equipe Técnica Municipal – ETM

necessário fazer plebiscito (pela Lei Orgânica do Município) e é necessário determinar o tempo adequado para tal processo, por questões de recursos públicos financeiros. Mencionou a problemáticas dos aglomerados subnormais que estão dentro de APP's. Disse que gostaria de ver uma solução para este processo, para facilitar o processo de controle do território por parte do IBGE. Sugeriu que se faça alguma coisa em termos de memória, para que não se perca as questões que ficaram pendentes e o que precisa avançar. Complementou dizendo: “para a gente não construir um Plano sem olhar o que já tivemos de conquistas na versão anterior”. E, quanto à cartilha que foi entregue a todos na audiência, sugeriu que fosse mais bem organizadas as diretrizes propostas, em que se fizesse um realinhamento das informações. Em resposta aos apontamentos do Sr. Elarrat, o Representante do IBAM, Arquiteto Henrique, disse, em relação à questão dos distritos, que houve também entendimento de que não era no Plano Diretor que a redefinição dos distritos deveria acontecer, mas posteriormente. Salientou que o Plano está tratando especificamente os núcleos urbanos dos diversos distritos. No tocante aos aglomerados subnormais, sugeriu que no próximo censo a Prefeitura e o IBGE poderiam ‘casar’ as delimitações de aglomerados subnormais com as delimitações de ZEIS de urbanização, de regularização, que é uma das categorias de ZEIS do Plano Diretor. Quanto à questão da memória disse que a Prefeitura já tem uma tradição de produzir nos seus processos de planejamento do Plano Diretor, produzir publicações e guardar os estudos que levaram aos planos, e é uma das perspectivas da ETM, que os estudos todos e os produtos parciais continuem acessíveis futuramente, porque neles estão informações importantes para o planejamento e para entendimento do próprio Plano Diretor.

– O Sr. Luiz Nuvoa (ambientalista) fez um pronunciamento voltado ao conteúdo da nota pública e ao seu conhecimento como ambientalista. Enfatizou que o município possa ser um diferencial na Amazônia, valorizando todos os seus recursos ambientais, culturais e patrimoniais e que sua contribuição vem ao encontro do que a Equipe Técnica tem proposto no Plano Diretor. Falou da necessidade de uma equipe técnica na Prefeitura preparada, uma Universidade também mais voltada para isso e que estimularia seus colegas para contribuir para que esse Plano Diretor possa ser implementado e regulamentado nos próximos meses.

– O Sr. André Karipuna (representante indígena) falou sobre a exclusão dos indígenas nas discussões do poder público quando se trata de questões climáticas e de meio ambiente, reforçando que eles também vivem na cidade. Ele citou problemas socioambientais gerados pela implantação das usinas. Reforçou a fala da Sra. Márcia Mura sobre os índios que foram mortos durante a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. Solicitou que a Prefeitura e o Estado



Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Porto Velho – PDPM

Equipe Técnica Municipal – ETM

“aproximem” mais os indígenas das discussões e enfatizou que, quando em termos de meio ambiente, os indígenas são defensores da natureza e defensores da Amazônia.

– O Sr. Giovane Vasconcelos (Comunidade Surda) agradeceu a todos pela presença dos intérpretes, solicitou a revitalização da Praça do “Baú”, que se “que construa algo para evitar também assaltos”, que seja tenha acessibilidade para as pessoas portadoras de deficiências e enfatizou que neste local a Comunidade Surda se reúne. Também mencionou a Escola Bilíngue, falando da sua importância, por ser um espaço adequado para o estudo dos surdos e solicitou maior apoio do poder público para o seu bom funcionamento. Reforçou a necessidade de maior atenção à questão indígena. Em retorno à sua intervenção, o Representante da ETM, Arquiteto Diogo, disse que no Plano Diretor se tem avançado no sentido de qualificação dos espaços públicos e no tratamento destes como sistemas articulados não somente entre as áreas públicas, mas com as áreas verdes. O Representante do IBAM, Arquiteto Henrique, reforçou a colocação do Arq. Diogo mencionando que a qualificação dos espaços públicos é uma grande preocupação no trabalho, uma questão central para Porto Velho, para qualidade urbana e ambiental dessa cidade e falou que há várias diretrizes neste sentido, envolvendo de forma mais ampla toda a questão da acessibilidade. Falou que essas diretrizes se encontram também na Lei do Código de Obras.

– A Sra. Valdirene de Oliveira (Coletivo Popular do Direito à Cidade) falou sobre a importância da gestão democrática da cidade para implementação do Plano Diretor. Abordou a questão modernização da gestão urbana e falou que é muito positivo a criação de um comitê de acompanhamento da implementação do Plano. Solicitou que neste comitê não seja formado somente pelo ente público, mas também pela sociedade civil organizada. Falou sobre a reestruturação do CONCIDADE, da necessidade garantir as diversas representatividades dos diversos segmentos de Porto Velho e do seu papel fundamental na implementação e fiscalização das ações que estão previstas dentro do Plano. Em relação à gestão, o Representante do IBAM, Arquiteto Henrique, disse que concorda com ela e enfatizou a importância da organização da gestão e o envolvimento dos poder público e sociedade civil organizada para a implementação do Plano Diretor.

– A Sra. Ieda dos Santos Nascimento (ASMONC) falou sobre regularização fundiária, solicitando da SEMUR dê maior clareza quanto ao andamento dos processos de regularização aos presidentes de bairros, em especial, em relação ao seu Bairro Cascalheira, do qual ela é presidente. Em retorno à intervenção da Dona Ieda, o Representante da ETM, Arquiteto Diogo, falou que Porto Velho foi conformada baseada na informalidade, motivo pelo qual se tem um passivo de áreas e núcleos



Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Porto Velho – PDDM

Equipe Técnica Municipal – ETM

urbanos informais, que exige tempo, estrutura, regulamentação e uma série de fatores para a regularização fundiária aconteça. Ele mencionou que a regulamentação está contemplada no Plano Diretor, porém com relação aos processos específicos dentro da SEMUR, ele disse que há um cronograma de ação na referida Secretaria a ser cumprido. Explicou que há um passivo grande no município, mas que o bairro dela está contemplado no cronograma e que essa situação específica precisa ser melhor averiguada.

– A Sra. Naiane Sirqueira (CMDPD) questionou (por escrito) se a modernização da cidade inclui a inclusão e acessibilidade para as pessoas com deficiências e de que forma o Conselho Municipal da Cidade trabalha no Plano Diretor em prol de tal inclusão.

– A Sra. Flaiza Fidalgo (Bairro Nova Porto Velho) questionou (por escrito) se o fato de que não seja considerado a expansão na margem esquerda do Rio Madeira, não é negligenciar a ocupação desordenada, criando maiores problemas futuros e não seria melhor considerar a ocupação e fazê-la ordenada. Ainda solicitou se poderia ser explanado com maiores detalhes os procedimentos que serão prioridades no novo Plano Diretor e se era possível ser realizada a divulgação das ações antes da concretização do Plano. Em relação a este questionamento, o Representante da ETM, Arquiteto Diogo, argumentou que há um planejamento urbano que foi construído desde os anos setenta para a ocupação da margem direita e nunca vigorou da forma que foi determinada. Neste sentido, ele disse que a questão de planejamento não define a organização do território, que ela condiciona, mas não define, se não houver uma estrutura fiscalizatória e um fluxo contínuo do poder público.

– O Sr. Luiz Carlos Ferreira Neves (Catanorte) questionou se no Plano Diretor está contemplado a coleta seletiva solidária com a participação dos catadores de materiais recicláveis, ressaltando que já existem três empreendimentos econômicos no município de Porto Velho.

– O Sr. Moisés T. Araújo (Bairro Nacional) propôs (por escrito) a de alteração da lei que trata sobre o quantitativo de servidores, ex.: topógrafos e outros para o fortalecimento das ações de levantamento de campo e produção de peças técnicas de áreas particulares e públicas. Citou que isso poderia atender as demandas do departamento de gestão de políticas fundiárias, na capital e nos distritos, resolver a demora do processo de levantamento físico fundiária pela grande expansão e que atualmente temos dois topógrafos para milhares de imóveis.